ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DOZE DE NOVEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia doze de novembro do ano de dois mil e quatorze, no Plenário nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Wellington Dias, Inácio Arruda, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, Douglas Cintra, João Alberto Souza, Cícero Lucena e Fleury. Deixam de comparecer os Senadores: Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Maria do Carmo Alves, Aloysio Nunes Ferreira e Kaká Andrade. Assina a lista de presença como não membro o Senador José Pimentel. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 12ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se à realização de 2ª Audiência Pública em atendimento aos Requerimentos 06/2014-CDR e 10/2014-CDR, com a finalidade de debater a Estruturação dos Destinos Turísticos Brasileiros, ouvindo o setor público e instruindo, assim, a avaliação de Política Pública no âmbito da CDR, em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 44/2013. A Audiência Pública é realizada com a presença dos seguintes expositores: Vinicius Nobre Lages, Ministro de Estado do Turismo – Mtur; Oreni Campêlo Braga da Silva, Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – Fornatur; Augusto Nardes, Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU; Cláudia Cristina Pessoa, Presidente da Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes de Turismo das Capitais e Destinos Indutores – Anseditur; e Ana Paula Silva da Silva, Secretária de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico do Tribunal de Contas da União – TCU. Comparecem à reunião: Alberto Alves, Secretário Executivo do Ministério do Turismo – MTur; Vinícius Lummertz, Secretário Nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo – MTur; Neusvaldo Ferreira Lima, Secretário Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo do Ministério do Turismo – MTur; Vicente Neto, Presidente da Embratur; e Domingos Leonelli, Ex-Secretário do Turismo do Estado da Bahia. Às doze

horas e vinte e quatro minutos, o Presidente passa a presidência à Senadora Lídice da Mata. Às doze horas e vinte e nove minutos, o Senador Antonio Carlos Valadares retorna à presidência e, às doze horas e quarenta e cinco minutos, passa a presidência ao Senador Douglas Cintra. Durante a reunião usam da palavra a Senadora Lídice da Mata, a Senadora Ana Amélia, o Senador Douglas Cintra e o Senador José Pimentel. É franqueada a palavra a Vinícius Lummertz, Secretário Nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo – MTur. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dois minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião convidando, de imediato, para compor a Mesa, o nosso Ex^{mo} Sr. Vinicius Nobre Lages, Ministro de Estado do Turismo.

Bem-vindo, Sr. Ministro!

Convido a Srª Ana Paula Silva da Silva, Secretária de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico.

O nome da nossa convidada, eminente convidada, é mesmo Ana Paula Silva da Silva.

Convido a Srª Oreni Braga, Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – Fornatur, e a Srª Cláudia Cristina Pessoa, Presidente da Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes de Turismo das Capitais e Destinos Indutores – Anseditur.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata.

Os que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a ata, que será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Realizamos, no dia 7 de novembro de 2014, última sexta-feira, o seminário "O arranjo produtivo local de confecção e o turismo como vetores do desenvolvimento da região agreste", na cidade de Caruaru, Pernambuco. Empresários, comerciantes e a sociedade discutiram sobre a importância do crescimento da região e suas principais dificuldades nos temas abordados.

De iniciativa do Senador Douglas Cintra, o evento contou ainda com a presença do Prefeito de Caruaru, José Queiroz, e de representantes do Ministério Público Estadual. O principal objetivo desse seminário foi discutir medidas para tornar o polo de confecção do agreste mais competitivo, fazendo com que o desenvolvimento do interior alavanque ainda mais. Foram apoiadores – e registro nosso agradecimento a eles – o Sebrae, a Fiepe, a Fecomércio de Pernambuco e a Associação Comercial e Empresarial de Caruaru.

Informamos o recebimento do Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República de 2013, elaborado pelo Tribunal de Contas da União e relatado pelo Ministro Raimundo Carreiro, juntamente com suas fichas síntese.

Informamos, ainda, o recebimento do Aviso nº 1.1280- Seses-TCU-Plenário, de 29 de outubro de 2014, que encaminha cópia do acórdão do Tribunal de Contas da União nos autos do processo que apurou irregularidades na execução de convênio celebrado entre o Ministério do Turismo e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável. Os documentos recebidos estão à disposição na Secretaria desta Comissão, para consulta.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada a realização de audiência pública, em atendimento aos Requerimentos nºs 6 e 10, este de autoria da Senadora Lídice da Mata, com a finalidade de debatermos a estruturação dos destinos turísticos brasileiros. Os debates instruirão a avaliação de Política Pública no âmbito da CDR, em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013.

Esta audiência pública, como já anunciamos, terá a participação de convidados como o Sr. Ministro Vinicius Nobre Lages, a quem agradecemos por sua prestigiosa presença nesta Comissão, a Srª Ana Silva da Silva, Secretária de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico do TCU, a Srª Oreni Braga, Presidente do Fórum

Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, e a Srª Cláudia Cristina Pessoa, Presidente da Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes de Turismo das Capitais e Destinos Indutores.

Sr. Ministro, concedo a palavra a V. Exª em primeiro lugar homenageando-o pelo trabalho edificante que está fazendo em benefício desse setor tão importante da economia nacional que é o turismo. Sinta-se à vontade. Sabemos que vamos receber muitas informações importantes, que vão, sem dúvida alguma, harmonizar-se com os trabalhos desta Comissão, com seus objetivos, a finalidade para a qual esta reunião foi convocada, por iniciativa desta grande Senadora Lídice da Mata, do Estado da Bahia, um dos grandes Estados centros do turismo nacional. Sem dúvida alguma, ela contribuiu quando foi prefeita e contribui agora, como Senadora da República.

V. Exª, Sr. Ministro, terá 15 minutos ou o tempo que for necessário para fazer a sua exposição.

Antes, Sr. Ministro, cumprindo um dever de agradecimento pelo prestígio de pessoas tão importantes aqui, nesta Comissão, eu gostaria de registrar as presenças honrosas de Alberto Alves, Secretário-Executivo do Ministério do Turismo, do Dr. Vicente Neto, Presidente da Embratur, do Sr. Neusvaldo Lima, Secretário Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, do Sr. Vinícius Lummertz, Secretário Nacional de Políticas de Turismo, Vinícius Lummertz – meu amigo Vinícius, grande secretário, meu amigo de Sergipe – e do Sr. Domingos Leonelli, grande Secretário, que incentivou tanto o turismo na Bahia, foi Deputado Federal, companheiro do PSB, que, com o seu devotamento e a sua solidariedade ao povo da Bahia e do Nordeste, empreendeu um trabalho que é exemplo em todo Brasil. Quero parabenizar o Domingos Leonelli e dizer que sua presença, para nós, é muito importante, já que S. Exª é um dos ícones do turismo nacional.

Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. VINICIUS NOBRE LAGES – Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares, Presidente desta Comissão. É uma honra poder estar presente nesta importante Casa da democracia brasileira, o Senado Federal.

Quero cumprimentar os demais membros da mesa, a Ana Paula da Silva, Secretária de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico do Tribunal de Contas da União, a minha querida conterrânea Cláudia Pessoa, Presidente da Anseditur, a minha querida Secretária Oreni Braga, quero cumprimentar meus colegas, já nominados aqui, parceiros do Ministério do Turismo, meus colaboradores, servidores, cumprimentar a Senadora Lídice da Mata, parabenizando-a pela iniciativa, colocar o Ministério já à disposição da Comissão para os desdobramentos desses entendimentos, cumprimentar os demais Parlamentares, Senadores e Deputados, e, sem dúvida, cumprimentar o querido Domingos Leonelli, parceiro de longa data do turismo, ex-Secretário de Turismo, Presidente do Fornatur e membro do Conselho Nacional de Turismo.

Eu gostaria muito de agradecer por esta oportunidade em que se discute na Comissão de Desenvolvimento Regional o tema do turismo, que é um dos vetores econômicos que, assim como as aglomerações produtivas mencionadas aqui, tratadas no evento realizado em Caruaru sobre o tema dos APLs, é um dos vetores que podem gerar o desenvolvimento regional, e assim tem sido. Os destinos turísticos, em última instância, são regiões turísticas, são territórios que se configuram a partir de uma vocação econômica para oferecer experiências turísticas. Portanto, a pertinência dessa vinculação aqui me parece muito importante no momento em que nós discutimos o futuro do desenvolvimento do País, este País continental que não pode prescindir, em absoluto, de ter políticas de

coesão tanto do ponto de vista social quanto, sobretudo, do ponto de vista territorial, dadas as suas dimensões continentais.

O Ministério do Turismo completou, no ano passado, dez anos de existência. Criado pelo Presidente Lula em 2003, ele completou dez anos no ano passado.

Aproveito para cumprimentar o Senador Benedito de Lira, meu conterrâneo, que esteve aqui presente por alguns instantes. O Senador também é um dos defensores do turismo brasileiro.

Enfim, completamos dez anos de política pública do turismo, que foi uma decisão acertada, caro Senador e caros membros desta Comissão, porque nós pudemos ter, finalmente, uma política setorial específica capaz de pensar os desafios de transformar matéria-prima turística ou os insumos em produto turístico.

O que significa isso? Quando a gente olha para um país continental como o Brasil, a gente imagina que rios, montanhas, praias, as manifestações culturais são, em si, um produto turístico já pronto para ir para o mercado. Este é um grande equívoco que muitos países cometeram ao imaginar que a própria natureza ou os traços culturais de um povo deveriam ser, assim, disponibilizados para uma oferta turística sem o devido investimento naquilo que nós chamamos de estruturação de produtos e destinos, na qualificação dessa oferta e, sobretudo, na estratégia de promoção e *marketing*.

Portanto, nós avançamos, nesses dez anos, no sentido de poder compreender que, apesar de já termos tido uma longa história de dedicação das políticas públicas ao turismo, desde o PNMT, do Programa Nacional de Municipalização do Turismo, na década de 90, mesmo antes da existência do Ministério, nós precisávamos estabelecer com mais clareza o que seria, efetivamente, o turismo vir para a atividade econômica e se transformar em um vetor econômico de geração de emprego e renda e de divisas.

Nesse sentido, vários programas e políticas foram implementados, o que nos ajudou a nos tornar, nesses dez anos, a sexta maior economia de turismo no mundo. O PIB turístico brasileiro é maior do que o PIB de 50 países, é, individualmente, maior do que o de 50 países. Portanto, é um PIB já considerável, mas muito aquém do que pode ser se nós fizermos os devidos investimentos, como vamos aqui apontar.

Nós, praticamente, nesses dez anos, dobramos o número de viagens domésticas, saindo de cerca de 100 milhões, em 2003, para 200 milhões, em 2013, aumentamos a receita turística de divisas em 70%, aumentamos, também, a oferta de crédito para o setor, que era de R$1 bilhão, em 2003, para quase R$14 bilhões, em 2013.

Conseguimos, a partir de investimentos na estruturação da oferta turística de produtos e destinos, fazer com que o Brasil se tornasse também um grande mercado interno do turismo. Cada vez mais brasileiros viajam pelo País, apesar de todas as dificuldades que nós sabemos ainda existirem. Eu conversava, recentemente, com a Senadora sobre a necessidade de expansão da infraestrutura aeroviária, da completude da infraestrutura aeroportuária, para que nós possamos ter este País mais integrado. Mesmo assim, conseguimos avançar e, cada vez mais, é um orgulho vermos, no Brasil, brasileiros viajando pela primeira vez. Este não é mais um País em que viajar é privilégio de poucos. Isto é muito bom.

Mas ainda temos muitos desafios pela frente. É sobre eles que eu gostaria de falar aqui, porque acredito que o apoio do Congresso Nacional, o apoio dos Senadores e a reflexão que esta Comissão faz – eu sou um entusiasta do bom debate para construção de políticas – podem nos ajudar numa ação para o futuro. Uma delas é a melhoria do ambiente de negócios e da base legal da atividade turística.

Nós temos um enorme conjunto de reivindicações de todas as entidades. Dezessete entidades subscreveram esse documento, mas, na verdade, mais de 28 entidades têm projetos de lei, iniciativas, aqui, no Congresso Nacional, de regulação, de definição de incentivos, de precisão, inclusive, das atribuições, de certas competências e assim por diante.

Ainda temos, sem dúvida, no sistema de incentivos e regras, na política tributária, trabalhista, na regulamentação das operações de algumas empresas, um conjunto grande de desafios que precisam ser enfrentados pela política pública. Esse ambiente mais favorável para empreender na atividade turística vai fazer com que tenhamos a manutenção de taxas de crescimento, que o turismo vem tendo, muito acima da média do PIB nacional. Temos setores que cresceram a taxas de 15,8, 12, 8, 9, 10, mesmo nas condições de retração da economia mundial dos últimos tempos. Isto é muito bom, coloca o Brasil numa condição favorável para continuar crescendo.

A disposição dos empresários para investir, com pesquisas que nós fazemos trimestralmente, é muito grande. Na segunda-feira, estávamos em São Paulo, com o Secretário Vinícius Lummertz, com a Associação dos Parques Temáticos do Brasil, Wet'n Wild, Beach Park, Beto Carrero, estava o Maurício de Souza, que também já teve parque. Hoje, há um conjunto grande de investidores internacionais interessados em fazer investimentos na área de parques temáticos, uma área em que o Brasil – e nós apontamos isto em um estudo recente – pode crescer muito. Ainda temos poucos parques temáticos e podemos dar, a partir de incentivos, sobretudo enquanto não podemos ter a fabricação de equipamentos aqui no Brasil, à importação com ex-tarifário mais favorável. Temos conseguido, de alguma forma... Alguns empreendimentos, como o Wet'n Wild e o Beach Park, têm feito investimentos recentes, aumentando, portanto, a sua capacidade de oferecer esses serviços.

Mas não é só nessa área. Há outras quatro grandes plataformas de investimentos, que, com melhorias na regulação, sobretudo, Senadora Lídice da Mata, num processo de licenciamento mais apropriado para o setor, podemos ter.

Nas áreas de parques nacionais, em que o Brasil, sem dúvida, é um dos países com maior potencial de crescimento do turismo, só recebemos seis milhões de turistas, enquanto os americanos já recebem, nos parques nacionais, anualmente, 240 milhões de visitantes. Temos restrições, nessas áreas dos parques nacionais, para investimento, para instalação de uma operação de *rafting*, de arvorismo, para uma pequena pousada. Nós podemos, um conjunto grande dos sistemas nacionais de unidades de conservação, definir regras para que possamos ter no turismo um vetor, inclusive, da conservação, porque o ecoturismo, o turismo sustentável, o turismo de aventura e o turismo de base comunitária são vetores, são segmentos que podem ajudar na proteção desse patrimônio natural.

Outra área importante, outra plataforma importante é a das cidades históricas. No Brasil, nós temos um patrimônio protegido, histórico, arquitetônico, cultural, com regras ainda muito rígidas, que não permitem que o investimento ocorra na velocidade que o País precisa para continuar crescendo tanto do ponto de vista urbano nessas áreas e atraindo talentos e investimentos, mas também em fluxos turísticos.

Todos os países que flexibilizaram regras têm patrimônio histórico, arquitetônico e cultural mais bem protegidos do que aqueles que estabeleceram regras mais rigorosas. É um equívoco a gente imaginar que a regra mais rigorosa de proteção é que vai garantir a proteção desse patrimônio. Há inúmeros exemplos, no mundo inteiro, em

que convivem a Idade Média com o século 21, e nós acreditamos que isso também é um grande flanco de atuação das políticas públicas para melhorar os investimentos.

Área de eventos. Nós vimos o País receber essa Copa, mas, quando nós assumimos o Ministério, nós ainda tínhamos a incerteza da mídia e o descrédito de que seríamos capazes de realizar essa que foi a melhor Copa de todos os tempos. Com todos os percalços, com todos os questionamentos, conseguimos. Manaus, Cuiabá, São Paulo, Rio, Salvador, Fortaleza e mais 470 outras cidades que foram visitadas mostraram que o Brasil turístico está pronto para receber visitantes de todo o mundo.

Mas essas áreas de evento precisam não só receber os investimentos que estão recebendo para centro de convenções, aquários, parques, áreas de congresso, mas precisam ter modelos de negócio que favoreçam a sua sustentabilidade. Portanto, nós temos, aí, também, outro ponto importante para ser trabalhado.

E, sem dúvida, uma das grandes plataformas, essa que nos une a todos pelo litoral brasileiro, é o nosso patrimônio náutico ligado às orlas, não apenas à orla marítima, mas também à orla fluvial, num grande rio como o Amazonas, à orla dos grandes lagos e à orla de tantas águas continentais que nós temos. O Brasil ainda tem nas orlas um potencial de riqueza a ser gerada de alguns trilhões de dólares. Se nós pudermos ter uma perspectiva do turismo como um vetor de ocupação dessas áreas, nós poderemos ter, em muito pouco tempo, muito mais marinas, muito mais turismo náutico, muito mais píeres, muito mais investimentos que vão, na verdade, proteger essas áreas que hoje estão protegidas porque são terrenos de marinha ou da Marinha ou porque estão protegidas pelo Ministério do Meio Ambiente. Eu mesmo estive do lado do Ministério do Meio Ambiente no início da minha carreira e vibrava quando se decretava uma APA ou uma unidade de conservação que tornava essa área, digamos, restrita a usos outros que não o de proteção do patrimônio natural. Hoje, eu vejo que é um equívoco nós imaginarmos que áreas protegidas unicamente com o aparato de Estado da proteção ambiental vai resolver o problema da conservação e da sustentabilidade do nosso litoral.

Portanto, agora que o País está, inclusive, apostando numa expansão dos terminais portuários, temos que imaginar como ter no litoral brasileiro um conjunto muito maior de equipamentos ligados ao turismo náutico, a esse grande espaço de conexão do Brasil com o mundo que é o nosso litoral.

Então, ambiente de negócio significa nós trabalharmos uma agenda. Eu acho que esta Comissão e outras deste Congresso e o Senado têm se empenhado em facilitar e melhorar as regras, e nós queremos, juntos, poder apresentar aqui essas reivindicações do nosso setor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VINICIUS NOBRE LAGES – Os investimentos e financiamentos do setor. Nós temos um avanço grande, mas o setor tem sazonalidades. Ele tem, portanto, peculiaridades que precisam ser trabalhadas numa perspectiva de customização.

Mas o mais importante, eu creio, antes de falar do tema da regionalização propriamente dita, da estruturação de destinos e esse vínculo com a regionalização, é a agenda da qualificação e da educação.

Nós temos como único programa o Pronatec, que nos ajudou muito. Nós oferecemos 166 mil vagas, além de outras 150 mil que foram oferecidas por outros ministérios, ligadas ao tema do turismo. Isto para a preparação para a Copa nesses dois anos. Mas é muito pouco em relação ao que podemos fazer. Por isso, construímos e estamos entregando agora, nas próximas semanas, as novas diretrizes de qualificação do turismo brasileiro, para que a gente possa pensar em desde a mão de obra que está

entrando no mercado de trabalho, a graduação, até a pós-graduação, para que o turismo possa também entrar no Ciência sem Fronteiras. Foi pensando nisso que nós desenvolvemos um programa embrionário, já testado em Portugal e, agora, este ano, na Espanha e na Inglaterra, do Turismo sem Fronteiras, para expor o profissional brasileiro nessa agenda de competitividade global de que o Brasil tanto precisa.

E eu quero o turismo não apenas, caro Senador Valadares, para os turismólogos ou para os profissionais da hotelaria. Eu quero o turismo para o engenheiro, para o sociólogo, para o administrador, para o economista, eu quero mais talentos brasileiros, tecnologia da informação, pensando o turismo, porque os desafios são multidisciplinares, não são unicamente dos especializados em hotelaria, em hospitalidade.

Mas o fundamental é nós pensarmos – e aí tem a ver com o desafio desta Comissão – em como o programa de regionalização e a estruturação de destinos podem avançar daqui para a frente. Nós, como falamos, encontramos um Ministério que tinha dez anos de existência com um conjunto de políticas e programas que precisavam ser revistos. Nós investimos, ao longo desses dez anos, quase R$9 bilhões em infraestrutura turística especializada. Isto como parte do Orçamento-Geral da União, tanto com as contribuições importantes de emendas parlamentares, quanto com recursos do PAC e com recursos de programação. Evidentemente, foi essa combinação que deu essa força ao Ministério do Turismo, já que é um Ministério que não conta com recursos tão substantivos, digamos, para os desafios da infraestrutura brasileira, até porque, em algumas áreas, o Governo Federal já tem uma atuação ministerial específica, como no caso dos portos, dos aeroportos, da infraestrutura de transportes de uma forma geral, e não nos cabe incorporar isso ao nosso orçamento. Mas temos uma infraestrutura especializada e caberia, sem dúvida, uma interface mais direta com o nosso Ministério.

O que nós estamos fazendo? Nós temos um sistema que localiza todos os investimentos feitos, as obras que foram executadas ao longo desses dez anos. E nós estamos transformando isso num sistema mais inteligente para poder fazer uma análise do ponto de vista da economia regional, daquilo que efetivamente ainda está faltando, do ponto de vista dos principais requisitos, para um destino turístico se chamar estruturado.

Quando nós iniciamos o trabalho de revisão do programa de regionalização, nós trabalhamos – os nossos técnicos já estiveram aqui junto com esta Comissão – no conceito de categorização de destinos. O que significa ter um destino turístico estruturado? Significa que ele deve ter, no mínimo, uma oferta turística, uma atração turística para oferecer, mas deve ter informação turística, e nós ainda não temos informação turística adequada em todos os destinos brasileiros, tanto do ponto de vista das placas que sinalizam esses destinos quanto do ponto de vista da infraestrutura lógica, de terminais, de atendimento ao turista, de totens, de aplicativos que possam prestar informações... Então, a informação turística, em todas as pesquisas que nós fazemos, e que a Embratur faz com os turistas internacionais, apontam que a informação turística é algo absolutamente imprescindível para o deslocamento de alguém num destino desconhecido. Nós avançamos muito, pois temos sinalizações, temos centros de atendimento ao turista, mas essa é uma frente importante que precisa ser consolidada. E nós colocamos como meta para os próximos anos ter essa questão da sinalização resolvida pelo menos nos cem principais destinos brasileiros.

É a partir de um melhor planejamento e de uma não fragmentação da aplicação dos nossos recursos que nós vamos ter a eliminação desse *gap* na oferta turística brasileira.

Nós temos a questão da articulação entre as instâncias. Para que você tenha um destino estruturado, o Sistema Nacional de Turismo – e aqui a presença das duas secretárias – é muito importante que, não apenas com o Governo Federal, mas também com os governos estaduais e municipais, nós possamos ter instâncias de coordenação das políticas dos investimentos nesses Municípios, tanto a para infraestrutura específica, quanto para a qualificação da oferta turística, e, sobretudo, que em questões como segurança e saúde pública – e nós estamos vendo, agora, a epidemia do Ebola e como isso pode impactar o deslocamento de pessoas no mundo e dentro dos países –, nós tenhamos uma coordenação dessas políticas e possamos ter, efetivamente, esses destinos estruturados.

Nós estamos, portanto, avançando, num sistema mais inteligente, que eu posso compartilhar mais adiante para não tomar o tempo dos senhores, mas, sobretudo, aí aproveitando, também, o desafio que nós temos, que é, uma vez que ganhamos uma janela de oportunidade de projeção do Brasil para o mundo, que foi o que ocorreu na Copa do Mundo – e eu já estive, fora do Brasil, participando de eventos e, também, com meus secretários e o Presidente da Embratur, acabamos de chegar de Londres –, pois o Brasil se posicionou muito bem nesse período agora da Copa e do pós-Copa.

Mas nós temos o desafio enorme de pensar a promoção do Brasil para os brasileiros, porque nós ainda temos muitos brasileiros que nunca viajaram. Dos 202 milhões de brasileiros, apenas 62 milhões viajaram. Nós temos pelo menos, em função de renda, de demografia e de outros fatores, outros 80 milhões de brasileiros que podem viajar. Isso vai depender de fatores de renda, mas vai depender também de pacotes de incentivos, da ampliação da malha aérea, da melhor conectividade. Nós acreditamos muito que nos próximos anos nós poderemos ter, pelo menos, todos os brasileiros que tenham condições de viajar já tendo viajado pelo País. Em alguns países do mundo nós temos uma vez e meia essa taxa, o que é fantástico. Imaginem que aqui nós teríamos pelo menos trezentos e poucos milhões de viagens por ano se o Brasil tivesse as mesmas taxas de outros países. Ainda é muito concentrado, mas estamos ampliando, como mencionamos, ao longo desses anos com as políticas de inclusão e de melhoria de renda.

Mas podemos avançar muito mais. Como? Vendendo o Brasil para o brasileiro de uma forma mais consistente. Nós temos trabalhado na reestruturação da nossa área de *marketing* e de promoção para que nós possamos ter, junto com as secretarias dos Estado e dos Municípios, uma campanha que tenha, efetivamente, o apelo para que o brasileiro possa viajar mais.

Nós estamos conseguindo mudar, também, o paradigma de que nós deveríamos estar distantes do setor privado. O setor privado, as grandes companhias aéreas, as grandes operadores de viagem e a grande rede hoteleira têm muito interesse em "parceirizar" com os Estados nessa promoção. Nós estamos apostando nisso. Já iniciamos um diálogo e estamos encontrando o mecanismo mais fácil, evidentemente amparado nos normativos que nos permitem fazer isso. Mas, sobretudo, há o desafio de continuar crescendo e ampliar a nossa atração de turista internacionais.

E aqui eu menciono, por último, a Embratur. A Embratur é uma instituição de mais de 40 anos, uma das grifes institucionais do País, junto com a Apex, com o Sebrae, mas que pode fazer muito mais se nós conseguirmos alterar o modelo de governança dela atualmente. A Embratur, como funciona hoje, tem limitações muito grandes na capacidade de promover o Brasil para fora. Nós fizemos, agora, há dois meses, em São Paulo, um seminário trazendo as experiências da França, dos Estados Unidos, da Inglaterra, para poder mostrar que a Embratur pode, mesmo com os recursos que tem, alavancar muito

mais recursos e ser mais ágil na contratação de serviços lá fora. Ela tem 99,9% de seus funcionários no Brasil, não tem funcionários permanentes lá fora, o que nos deixa muito limitados na capacidade de atuação em mercados muito importantes. Mesmo na atuação regional, aqui, no mercado latino-americano – e a Organização Mundial de Turismo aponta que nós vamos ter o crescimento de pelo menos 1,4 milhão de turistas para a região, na América do Sul, até 2030 –, nós podemos captar isso e comprovamos que o Brasil tem um apelo grande para o mercado regional. Na semana que vem, o Secretário Lummertz deverá estar participando da reunião do Mercosul em que esse tema da integração turística regional vai ser tratado.

Nós acreditamos que, se nós redefinirmos, também, esse *status* da Embratur, nós poderemos sair desses apenas seis milhões de turistas que nós recebemos e ir para patamares muito mais elevados. Claro que isso implica em dotação orçamentária. Uma instituição que compra serviço no exterior em euro e em dólar precisa ter um melhor aporte ou um *hedge* que a permita manter os seus compromissos e redefinir uma estratégia de posicionamento lá fora.

Mas, mais que isso, nós temos discutido que o turismo brasileiro, Senadora, precisa ser promovido não mais isoladamente, o turismo sozinho. Nós temos uma Apex que promove café, moda, joias, alimentos, móveis, e nós acreditamos que o turismo brasileiro pode ganhar muito se melhor se articular com esses outros setores na medida em que vendermos café, vendermos turismo e vice-versa e tivermos maior presença intersetorial no mundo.

O ano que vem é um ano especial, porque estaremos na Expo Milão, onde o Brasil vai mostrar que é um País que avançou muito nas tecnologias de produção de alimentos e de energia, e nós já queremos, a partir deste momento, reapresentar uma nova Embratur, uma Embratur mais integrada com outros setores.

Então, agradeço esta oportunidade, coloco-me à disposição para discutir aqui temas específicos das demais políticas, mas acredito que a pertinência de tratar o turismo dentro das políticas de desenvolvimento regional é absolutamente bem posicionada, uma vez que ele pode ser, não apenas o vetor econômico dessa regionalização, mas também se beneficiar das políticas de investimento em infraestrutura, qualificação e definição dessas intersetorialidades que mencionei.

Inclusive, o tema que o senhor abordou, dos arranjos produtivos locais, pode ser eixo para o que imaginamos que seja essa nova fase de promoção do turismo brasileiro. A partir das vocações econômicas regionais podemos também ter o crescimento do turismo de negócios, com o Brasil viajando mais dentro do Brasil, podendo, portanto, fazer mais negócios.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Sr. Ministro, agradeço a V. Exª pela contribuição que deu com a sua fala neste seminário, que tem a finalidade de debater a estruturação dos destinos turísticos brasileiros. Esses debates, sem dúvida alguma, servem para avaliar a política pública no âmbito da CDR, em atendimento a uma resolução do Senado que orientou a todas as comissões temáticas e permanentes do nosso Senado a fazerem esse tipo de debate, visando não só conscientizar todos os Senadores da importância das atribuições de cada comissão, como empreender um trabalho valoroso para o povo brasileiro tomar conhecimento de todas as ações dos órgãos que participam deste seminário.

Eu gostaria, agora, de convidar a Drª Oreni Braga, Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – Fornatur, a quem concedo a palavra por 15 minutos.

O SR. ORENI CAMPÊLO BRAGA DA SILVA – Meu bom-dia ao Senador Antonio Carlos Valadares, ao Ministro Vinicius e a todas as senhoras que compõem a Mesa. Quero também cumprimentar a nossa Senadora baiana Lídice da Mata, por quem tenho uma admiração muito grande.

Apesar de vivermos nos extremos, nossos corações vivem batendo juntos.

Quero cumprimentar os nossos secretários em nome do Neusvaldo, Vinicius, Alberto, toda equipe do Ministério, o Vicente, nosso querido Presidente da Embratur, e dizer que sempre é um privilégio para o Estados brasileiros, sobretudo as secretarias de turismo, fazer parte dessas discussões em âmbito nacional, porque sabemos que o turismo acontece no local, nos Municípios e também nos Estados.

Essa visão desse Brasil descentralizado é importante. Acho que o papel do Congresso brasileiro, com suas comissões, sobretudo quando o turismo entrou na pauta dessas comissões. Nós estamos discutindo turismo no Brasil há algum tempo e é muito bom e saudável que há dez anos o turismo tenha entrado na pauta do Congresso Nacional, na pauta das assembleias legislativas dos Estados, nas Câmara Municipais, o que é um avanço muito importante do ponto de vista político. O Ministro realmente falou dos avanços do turismo brasileiro em dez anos, os quais acompanhamos e vivemos.

Certa feita, alguém falou, em algum momento, que o Ministério do Turismo teria virado Ministério da Infraestrutura. Oxalá o Ministério do Turismo não tivesse feito a infraestrutura que fez! Meu Estado hoje tem um centro de convenções, depois de 30 anos de petição do *trade* turístico local, o que não teria acontecido se o Ministério do Turismo não tivesse recebido emendas parlamentares, colocado recursos na sua programação para termos ali um equipamento que vai fazer a grande diferença para economia do meu Estado e para a economia brasileira.

Então, que continue o Ministério da Infraestrutura de Turismo, sim, porque é ele que tem a dotação, a competência de nos atender com recursos para centro de atendimento ao turista, sinalização turística, terminais fluviais turísticos, sobretudo na Amazônia, porque nossos centros de atendimento são portos, são terminais turísticos, enfim, com tudo aquilo e com todos os ingredientes de que o turismo precisa para ter sua infraestrutura consolidada.

O Ministro falou também da questão da capacitação, da qualificação de pessoas com o Pronatec. O Pronatec avançou muito a questão não só de capacitar e qualificar pessoas, mas de envolver a sociedade em buscar essa qualificação. Nós tivemos uma busca interessante do ponto de vista da sociedade transversal em saber o que é o Pronatec, como se qualificar, que cursos são oferecidos, onde estão, como chegar a eles. Isso foi muito importante, deu uma sacudida na autoestima da sociedade brasileira ao buscar essa qualificação, sobretudo a qualificação técnica. Muitas vezes, esse cidadão não tem condições de estar em uma universidade, fazendo um curso de turismo, de geografia, de história, mas ele é um cidadão que já está, ou não, no mercado de trabalho e precisa dessa qualificação ou dessa capacitação para melhorar a qualidade na prestação de serviço turístico no nosso País.

O Ministro falou também sobre a questão da promoção e divulgação do nosso País. Avançamos muito. Acho que o Brasil deu um salto na sua visibilidade no mercado internacional. Acho, Ministro, que a gente precisa dar mais uma sacudida na interna. A gente começou um trabalho agora, na sua gestão, muito bom, com esse novo programa,

para que o brasileiro realmente comece a enxergar o seu Brasil como uma janela de oportunidade para ter lazer, para sonhar, para vivenciar coisas diferentes. Enfim, eu creio que nós avançamos muito. Avançamos, sim. Isto é nítido, é perceptível.

Como o Ministro falou, algumas variáveis para essa cadeia do turismo ter uma consolidação não competem ao Ministro do Turismo ou às secretarias de turismo dos Estados ou dos Municípios; elas são de competência de uma Secretaria de Infraestrutura, de uma Secretaria de Planejamento, de uma Secretaria de Saúde, porque sem saúde ninguém tem turismo, sem transporte e mobilidade urbana ninguém tem turismo. Pode até ter, mas terá uma vez na vida, porque a pessoa vai e não volta mais. Competem a uma secretaria de segurança, porque é precisa haver segurança, pois ninguém vai a um destino onde as pessoas estão se matando, onde estão matando pessoas, onde estão jogando bombas. Portanto, a transversalidade é muito grande e o desafio é muito maior.

Eu queria colocar aqui uma proposta que, do meu ponto de vista, seria um dos grandes avanços para combater, na verdade, ou para mitigar esses desafios. Eu acho que tudo na cadeia produtiva do turismo, sobretudo naquela que tange à parte pública administrativa, em que os governos precisam tomar as suas decisões, perpassa por um pacto federativo. O pacto federativo é importantíssimo para que haja realmente um compromisso para inclusão do turismo na pauta econômica do País. Se isso não acontecer, nós vamos continuar patinando em discutir se há emenda do Congresso, quanto é o orçamento do Ministério, se os Estados participam ou não...

Eu quero deixar muito clara aqui uma situação sobre a qual nós precisamos refletir: não basta ter um Vinicius Lages – falo da minha experiência, com o meu conhecimento e a minha forma de enxergar o administrador, o homem público Ministro Lages –, extremamente competente, que tem uma equipe extremamente competente, se não houver ferramentas necessárias para fazer valer a competência dessa equipe. Pelo que isso perpassa? Isso perpassa pelo fato de que alguns compromissos não são assumidos pelos governos estaduais. Então, não basta o Ministério do Turismo ter um orçamento compatível com alguns programas se, lá na ponta, os prefeitos e os governadores não assumem esses compromissos. Eu acho que não basta ter só 10% de contrapartida. Isto é muito pouco, Senador Valadares! Isso é muito pouco! Esse pacto federativo, Senadora Lídice, passa por um compromisso desses governadores.

Ora, nós temos alguns governos estaduais que já declararam para o Brasil que colocaram o turismo na sua pauta econômica. Alguns Estados brasileiros definiram isso. Então, às vezes, para cada um que o Governo Federal põe, eles põem dez, põem dois, põem cinco...

Então, o Ministério caminha, muitas vezes, praticamente solitário para "infraestruturar" aquele destino, para fazer valer aquele atrativo importante para o Brasil, quando os Governadores estão de costas para aquela ação ou para aquele programa. O pacto federativo perpassa por aí, em sentar à mesa com todos esses senhores que querem a política de turismo implantada no seu Estado, com esses prefeitos que definem o turismo como uma política pública de prioridade na sua pauta econômica e desenhar esse arranjo para que realmente haja um compromisso com metas estabelecidas dentro de um programa nacional.

E não só isso. Além desse compromisso, está intrínseca nesse pacto a destinação de orçamento e de recursos financeiros, com rubricas definidas, porque não adianta dizer "não, está tudo certo, eu vou firmar aqui o pacto" e não priorizar no seu orçamento.

Essa destinação de orçamento, esse compromisso, esse pacto firmado vem exatamente mitigar todas essas grandes preocupações que nós temos e os grandes desafios.

Por exemplo, quando a gente trata de infraestrutura de aeroporto, de porto, de rodoviárias, de carreteiras... Muitas vezes uma estrada, uma vicinal é extremamente importante para levar às comunidades de ecoturismo, às comunidades de base do ecoturismo, a um parque. Muitas vezes uma vicinal dessas é impraticável. Você tem um grande abismo entre um parque e a cidade por essa vicinal, esse rio, enfim, esse acesso não ser permitido, não havendo como chegar ao parque. Inviabilizou o grande parque.

Às vezes você tem uma cidade maravilhosa, como Barcelos, o melhor destino, vamos dizer, da pesca esportiva no Brasil – os americanos, muitas vezes, têm que ser pesados no aeroporto para embarcar para Barcelos, porque a pista não recebe um avião de grande porte –, mas como fazer de Barcelos um destino indutor da pesca esportiva no Brasil se eu tenho que embarcar, no máximo, 30 pessoas para Barcelos?

E aí nós vamos falar de muitos destinos do Nordeste do Brasil, de muitos destinos do Sudeste, enfim, que passam por essa situação.

A outra questão que eu queria colocar aqui, que é a pauta da discussão no mundo e que fala muito da Amazônia, é a sustentabilidade e quando. Na época da Copa, o Presidente Lula falou da Copa verde e colocou a Amazônia como esse grande elo para que o Brasil fosse vendido da forma espetacular como foi. E não fez vergonha, pois a Amazônia respondeu à altura. Quero dizer aqui, sem nenhuma falsa modéstia, que Manaus foi, se não a melhor, uma das melhores cidades a receber o turista mundial, mostrando porque o Brasil é esse Brasil diferente, colorido, multicultural, alegre, e é também o Brasil da floresta, o Brasil dos homens aborígenes, dos índios, das pessoas tradicionais.

Mas é preciso que a gente lute pela sinalização das nossas hidrovias. Como fazer o turismo de navegação de Manaus para o Peru se nós temos problemas sérios com as nossas hidrovias?

Nós já temos, hoje – e eu já apresentei ao Ministro Vinícius – grandes investimentos para a Amazônia, com navios que vão fazer turismo de Manaus até Lima, até Iquitos, mas eles estão sofrendo desafios terríveis para poder colocar esses navios para funcionar, porque não há sinalização das hidrovias. E aí, senhores, aumenta o preço da praticagem. O preço da praticagem no Amazonas é o maior do Brasil. E como vencer esse custo Brasil? Nós perdemos, em dez anos, seis grandes navios americanos porque os operadores desses navios nos disseram, de forma muito clara, que não dava mais para levar os navios para o Amazonas. O preço da praticagem é muito alto porque nós não temos sinalização nas hidrovias.

E aí é um desafio para o Estado, é um desafio para o Ministro Lages, porque o Ministro tem que compor isso com outros Ministérios para fazer com que essa melhoria chegue à ponta, chegue às cidades, chegue aos Estados.

O outro problema é a questão da desburocratização dos financiamentos para o setor. Como o Ministro falou, avançou muito. Acho que o Prodetur chegou de forma espetacular, atendeu muito a questão pública, mas nós ainda patinamos na questão dos avanços dos financiamentos. Muitas vezes as pequenas empresas e as microempresas que querem chegar ao acesso ao crédito passam por grandes constrangimentos porque não conseguem avançar.

Por outro lado, nós temos, também, necessidade de uma política de incentivo, como o Ministro Lages falou. O setor anseia, o setor grita por isso. É necessário.

Eu estava conversando com alguns colegas. Existe algo que precisa ser colocado à mesa. Um agente de promoção turística que vende o Brasil lá fora não pode ter a mesma carga tributária que tem um agente que vende o mundo para dentro do Brasil. O agente de viagem que leva o brasileiro para fora e contribui com o déficit do País não pode ser tratado como aquele que vai buscar o turista lá fora para contribuir com o superávit do País. É preciso que haja um tratamento diferenciado. E aí vem a política de incentivos, atrelada à desoneração de uma série de coisas que precisam ser vistas para que o turismo seja realmente tratado como um diferencial.

Aí nós temos também – e quanto a isso o Ministro tem sido extremamente sensível, tem estado conosco nas discussões – a questão da Conta Satélite, do observatório desse setor. O setor precisa ter indicadores concretos, competitivos para sentar à mesa, discutir e dizer: "É aqui que nós queremos chegar, é aqui que nós queremos avançar, porque nós temos um retrato exato do que é a economia desse setor."

Por outro lado, nós também temos outro desafio, que é a questão de definir... E aí eu vejo o papel importante do Parlamento, Senadora Lídice. Nós já avançamos muito, mas é impossível competir com destinos, sobretudo com os nossos *hermanos* sul-americanos, que não exigem, de forma alguma, nenhum tipo de visto ou algo similar dos grandes países emissores de turista, sobretudo dos Estados Unidos. Ainda patinamos na discussão dessa reciprocidade. "Ah, mas avançamos, porque agora pode ser visto aqui, pode ser pago aqui..." Acho que não é por aí. A gente precisa discutir a questão dessa "liberdade", entre aspas, de esse americano vir ao Brasil, como ele vai aos quatro cantos do mundo. Não se veem colônias americanas nesses países. Americano não vai aos países para firmar residência; ele vai para conhecer, para usufruir daquilo que há lá, com poucas exceções. A gente sabe que a Costa Rica, toda ela, tem investimentos americanos. Mas são investimentos. O cidadão não foi para lá para morar, para se empregar e para tomar lugar daquele cidadão do local no mercado financeiro. Ele vai, inclusive, para empregar pessoas.

Por outro lado, nós precisamos também pensar no fortalecimento institucional do Ministério do Turismo. O Ministério do Turismo, como eu falei, tem uma equipe extremamente competente, tem um gestor público de alto nível técnico, mas o Ministério do Turismo perpassa por um fortalecimento institucional necessário, assim como o Ministro falou, pela repaginação da Embratur, para ter sua competência. Mesmo diante da estrutura que tem a Embratur hoje, tem sido feito um esforço sobrenatural para ter lá os seus EBTs, que são importantíssimos para nós no Estado. A estrutura da Embratur lá fora tem nos apoiado muito. Os Estados, muitas vezes, navegam nos passos desses EBTs para poderem fazer suas promoções. Oxalá Deus permita que haja um trabalho maior para que os Estados e os Municípios possam ter esse fortalecimento e esse apoio lá fora, porque não é fácil competir com o mundo inteiro!

Você está numa vitrine daquelas em que, muitas vezes, Estados e Municípios que não estão no mapa-múndi estão lá batendo a sua latinha, chamando a atenção do turista, do operador, do agente, para que estes vendam o seu destino.

Então, é um desafio muito grande.

Por último, eu queria também dizer que tudo isso que colocamos aqui perpassa por uma palavrinha mágica que todos nós já discutimos – e isto é assunto de pauta –, que é o custo Brasil. O custo Brasil está intrinsecamente ligado a tudo isso que a gente falou. Ele inviabiliza muito a vinda do turista internacional e, muitas vezes, o próprio turista brasileiro a viajar dentro do Brasil.

Temos experiências inúmeras de entrar na internet, acessar um *site* e ver que um bilhete aéreo para Miami custa 50% menos do que um bilhete de Manaus para Fortaleza ou de Manaus para Salvador. Então, vou optar por ir para Miami. Muitas vezes, vemos um pacote para Aruba 60% mais barato do que um pacote para Fernando de Noronha.

Há quem diga: "Ah, porque o Brasil é um País continental!" Sim, o desafio é muito grande, mas, como o nosso Ministro acabou de falar, é preciso melhorar a nossa logística aérea, é preciso melhorar essa malha, para que realmente o Brasil se converse melhor.

Eu estou tentando um voo direto de Manaus para Salvador há 12 anos. Não é isso, Léo? Eu e o Léo passamos praticamente quatro anos lutando juntos, mas até hoje não conseguimos esse voo. Conseguimos voo de Manaus para Lisboa, de Manaus para Miami, de Manaus para Aruba, mas não conseguimos voo de Manaus para Salvador. O voo de Manaus para Fortaleza foi conseguido a duras penas porque nós conseguimos mostrar para a companhia que havia um fluxo interno que era rentável para a companhia aérea.

Então, Ministro, vejo que, para que possamos melhorar essa malha, temos de encontrar um mecanismo, que poderia ser o subsídio, a desoneração do combustível, da gasolina, do avião, enfim, outros ingredientes que fossem combinados para que essa malha aérea pudesse ser melhor.

Por outro lado, nós temos uma das maiores taxas de embarque, talvez a maior, a mais cara do mundo, extremamente elevada, que não traz nenhum retorno para o turismo do ponto vista da promoção. Esses aeroportos que estão sendo privatizados deveriam repassar recursos para a Embratur para que esta vendesse o Brasil lá fora, porque eles são os mais beneficiados. Quanto maior o fluxo de pouso e decolagem, mais recursos entram no bolso desses empresários. Portanto, eles deveriam ter também a obrigação, em algum momento, de repassar para a Embratur valores que pudessem contribuir com a promoção do Brasil lá fora.

Fechando a nossa conversa, comungo, em gênero, número e grau, com o nosso Ministro: o turismo precisa caminhar com os outros setores lá fora. Vai ter exposição de café, vai ter exposição de automóveis, daquilo que o Brasil é competente para vender lá fora, e o turismo tem de estar atrelado, porque o cidadão da indústria de manufatura é turista, o cidadão que compra café é turista, o cidadão que compra joia é turista e viaja o mundo inteiro. Ele está ali apenas para um congresso do seu setor, mas, se ele tiver a oportunidade de conhecer para turismo de lazer aquele destino, os seus atrativos, os seus produtos turísticos, ele atrela uma coisa a outra e muitas vezes já fecha a sua viagem para o próximo lazer.

Portanto, concluindo, vejo que avançamos, sim, mas é preciso que haja um repensar do ponto de vista desse pacto federativo, desses acordos, porque não basta ter ministério, não basta ter tudo de que já falamos se não há governadores ou prefeitos interessados nisso.

Vou dar um único exemplo. O Ministério do Turismo concedeu recurso para construirmos centro de atendimento ao turista nos nossos principais Municípios turísticos. Estou falando do meu Estado.

Se, hoje, o Governo do Estado, mesmo tendo repassado a esses prefeitos a responsabilidade de administrar esse equipamento público, não estiver lá de três em três meses fazendo a manutenção, cuidando do bem público – e quero me congratular com a Mesa pela presença do TCU, que deve ouvir isto –, se não estivermos lá, enquanto Estado, fazendo a manutenção, cuidando daquele equipamento público, a Prefeitura vira as costas

para aquele equipamento, mesmo tendo passado cinco anos pedindo centro de atendimento. Se a gente não cuidar, ninguém cuida. Se não tem o compromisso da Prefeitura, acabou! Não vai acontecer! Se o Prefeito não estiver envolvido no processo... Por mais que a gente vá com a comunidade organizada para fazer o processo acontecer, é ele que cuida da cidade, ele é o "dono da cidade", entre aspas, ele é o gestor que define as políticas públicas para aquele Município.

Então, fica aqui a nossa proposta dessa questão do pacto federativo para que a gente possa realmente desenhar o que se quer para o Brasil no turismo.

Quero aqui, mais uma vez, parabenizar a nossa Senadora, agradecer ao Senador Antonio Carlos Valadares pela oportunidade, pelo convite, e, de público, ao Ministério do Turismo e da Embratur pelo apoio. Se, hoje, o Estado do Amazonas tem avançado nas suas políticas públicas do turismo, tem conquistado grandes avanços, sobretudo a questão de um centro de convenções, fica aqui o registro do agradecimento a esse Ministério, à Embratur, que tem sido parceira, tem se irmanado com o Estado do Amazonas e com todos os Estados brasileiros, e, em especial, a esse Ministro, que conheci há pouco tempo como Ministro, mas cuja história no Sebrae eu já conhecia. Ele tem uma cabeça extraordinária e sabe realmente como fazer o turismo acontecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Obrigado.

Estamos recebendo a visita do nosso Presidente Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União, a quem convido para participar da Mesa. (*Pausa.*)

Antes de conceder a palavra à Srª Cláudia Cristina Pessoa, Presidente da Associação Nacional de Secretários, eu gostaria de perguntar ao Presidente Dr. Augusto Nardes se S. Exª deseja se pronunciar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Pois não.

Com a palavra V. Exª.

Drª Claudia, aguarde um pouquinho.

Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO NARDES – Obrigado, Senador.

Obrigado pela deferência, Cláudia.

É uma satisfação estar aqui. Vim especialmente para trazer um abraço ao nosso Senado, especialmente ao nosso Senador Valadares, pela importância deste tema de como melhorar a questão do turismo na Nação como um todo, um desafio para o Brasil.

Fizemos uma grande reformatação no Tribunal de Contas da União no ano passado e já estamos, hoje, com capacidade de mostrar para o Brasil a situação de cada área. Fizemos a chamada especialização. Temos, hoje, 22 secretarias especializadas, que têm condições, portanto, de mostrar o que está acontecendo na saúde, na educação, no turismo, enfim. Estamos, neste momento, terminando uma grande auditoria na área de turismo no Rio Grande do Norte. Propus à Secretaria do Rio Grande do Norte que fizesse uma avaliação de como estão as políticas públicas para o turismo como um todo.

Baseado nessa especialização, meu caro Vinicius, é importante que a gente possa debater com a Nação e ver as vocações regionais. Para isso, estabelecemos, então, uma divisão do Brasil em quatro grandes áreas pelos temas mais importantes da Nação. Mapeamos o Brasil. Vendo as vocações regionais, a Corte de Contas, em nível nacional, fez uma proposta, Senador Valadares, para trabalhar com os tribunais de contas também, para que os tribunais de contas passassem a utilizar o potencial dos auditores que temos em cada tribunal para mostrar onde estão os gargalos de cada setor. Estamos terminando

essa auditoria na área de turismo, que vai ser um modelo para a gente implementar nas principais regiões do Brasil.

Então, a especialização deu ao Tribunal essa capacidade de focar cada tema de forma aprofundada. Isso nos possibilita trabalhar em conjunto com o Senado e com a Câmara. Foi por isso que eu, no ano passado, tomei café da manhã com os Presidentes de todas as Comissões do Senado e da Câmara, para mostrar que nós podemos oferecer, em cada setor, uma radiografia, uma anatomia, um diagnóstico de cada setor, para que a gente possa trabalhar em conjunto.

Então, venho aqui para dizer que o Tribunal de Contas da União hoje está preparado e que conseguimos, também, trazer os parceiros que são importantes nesse processo de articulação com o Governo. A ideia é auxiliar o Governo, seja em nível de Estado, seja em nível nacional, e, aí, mostrar para os governantes, através das auditorias, que eles têm um problema.

Por exemplo, a questão da segurança é fundamental para o turismo. E aí tem que ver se existe política de proteção, por exemplo, lá em Natal para proteger o turista.

Política de saúde. Se acontece um evento e não temos um bom atendimento de saúde para o turista, passamos uma péssima imagem. Isto vale para a segurança, vale para o transporte, por exemplo. Há um transporte adequado para o turista? Há segurança no transporte? Cada setor tem uma coisa vinculada a outra, e, de certa forma, há um sincronismo. Está tudo vinculado. Se promovermos o turismo sem proporcionar uma infraestrutura de proteção ao cidadão que sai de um país para ir para outro país, se não tivermos essa capacidade de proteger bem o turista, estaremos possibilitando que ele saia falando mal do País. Então, além de proporcionar essa estrutura de proteção do turista, também é preciso criar alternativas no País como um todo para que a gente possa projetar a Nação de forma positiva.

Aliás, nós fizemos muito. Eu fiz um evento um ano antes da Copa – o Vinícius ainda não era o Ministro – e chamamos as principais lideranças do País para alertar para algumas políticas, falando desde o momento da chegada do turista, pois vieram para o Brasil milhares na época da Copa... Há essa preocupação. Para fortalecer isto...

E eu queria aproveitar este momento... Claro que a Ana Paula, que cuida desse tema dentro do TCU... Nós temos 22 secretarias especializadas, temos quatro coordenações para coordenar as grandes atividades do Tribunal. Nós fizemos um diálogo público, meu caro Senador Valadares, com 24 Estados – eu fui visitar 24 Estados – e contatamos com 40 mil pessoas, gestores públicos. Aliás, o TCU treinou, no ano passado e neste, mais de cem mil gestores no Brasil sobre vários temas, um deles a questão da governança, porque eu acho que o grande tema e o grande desafio da Nação é a melhoria da governança como um todo. E a nossa ideia agora, no dia 17, é entregar para os governadores eleitos... Eu queria aproveitar e fazer um convite para quem puder participar, pois vai ser um grande momento da Nação brasileira. Pela primeira vez, o controle vai entregar gargalos em cinco setores: infraestrutura, que é importante, também, para o turismo... Precisamos ter uma boa infraestrutura de estradas. Aeroportos. Melhoramos um pouco os aeroportos, mas ainda temos gargalos imensos nos aeroportos. Na saúde, na educação... E aí nós vamos mostrar três gargalos de cada um desses setores. Então, educação, saúde, infraestrutura, segurança e previdência. E também incluímos finanças, para ver como estão os números do Brasil em relação às finanças. Já convidei mais de 20 governadores, que vão estar presentes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Que dia será?

O SR. AUGUSTO NARDES – Será no dia 17, às 14 horas e 30 minutos.

E também convidei o Michel Temer, que já confirmou. Se a Presidente Dilma, que está no G20, chegar a tempo, ela também vai participar. O Mercadante também confirmou. Convidei o Presidente do Senado, que vai estar presente.

A ideia, Senador Valadares, é contribuirmos – nós não somos governo, mas nós temos uma delegação constitucional que é para ver a eficiência, eficácia e efetividade das atividades públicas –, a ideia é auxiliar os novos governadores. E essa metodologia que nós propusemos para o Brasil nós propusemos também para os tribunais de contas.

E nós temos 30 tribunais de contas trabalhando conosco hoje, de forma sincronizada. Isso nos permite trabalhar em conjunto para mostrar os gargalos nos Estados antes de ele começar a governar, mostrar as prioridades. Aliás, se o Ministro do Turismo ou qualquer ministro de infraestrutura souber dos grandes problemas da sua pasta com antecedência, com auditoria de fora, não precisará pagar auditoria para ninguém, pois o TCU está oferecendo isso gratuitamente. Quarenta por cento da nossa força de trabalho já estão direcionadas para ver políticas públicas preventivas. A Ana Paula poderá falar um pouco mais sobre isso.

Eu queria fazer esta introdução e este convite que eu propus para direcionar na área do turismo algumas coisas, meu caro Vinícius, porque eu sei do esforço que vocês fazem, pois é muito difícil conectar-se com toda a estrutura que existe nos 27 Estados brasileiros.

Até quero fazer aqui, já que começa um novo mandato dos governantes, um desafio ao nosso Ministro do Turismo, no sentido de ajudá-lo, e ao nosso Senado e ao nosso País. Eu não aceito, como brasileiro, que nós continuemos sendo grandes consumidores de destinos turísticos que foram preparados artificialmente, sendo que o Brasil ainda não preparou alguma coisa semelhante para combater, no sentido da competição global... Nós estamos sendo clientes permanentes, pela competência desses, ou talvez por incompetência nossa e até do TCU, ao irmos todos e levarmos nossos filhos para a Disney e não criamos um centro semelhante de grande destino turístico com um tema como a nossa cultura nordestina tem, de forma muito forte, como a festa de São João. E não criamos uma estrutura. Por que o BNDES, que financia tanta coisa, não financia uma grande estrutura para empresários criarem um grande centro de turismo na Região Nordeste ou um tipo de zona franca do turismo na Região Nordeste? Por que não temos a ousadia de fazer isso?

Ministro, talvez agora, neste novo momento, precisemos debater essas questões. O Brasil não pode ser mais comandado por estruturas que são montadas dentro do contexto mundial e não liderar algumas áreas como essa, como podemos liderar em outras coisas.

Eu sou ousado um pouco nisso e estou trazendo aqui um livro que quero entregar em primeira mão. Ainda não entreguei ao Presidente do Senado, pois só vou estar com ele ao meio-dia, quando vou entregar o relatório do Fiscobras. Como eu queria fazer um convite ao Senador, vou deixar dois livros... Não tenho condições de dar para todos, porque é muito pesado. Um vai para o Ministro do Turismo. O livro se chama *Governança Pública: o Desafio do Brasil*. São 500 páginas em que eu faço uma análise de todos os problemas da Nação brasileira, mostrando que é necessário trabalharmos em conjunto, onde estão os gargalos da Nação, onde não se entrega o produto de forma correta, tentando ajudar o País, porque nós temos uma estrutura secular.

Então, entrego aqui em primeira mão. No Sendo, a primeira pessoa a receber é o Senador Valadares. E vou entregá-lo ao Ministro do Turismo. Claro que...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Entregando de novo aqui para a foto... (*Pausa.*)

O SR. AUGUSTO NARDES – E quero convidar para o dia 17, às 14 horas e 30 minutos, quando faremos a entrega, portanto, desses cinco gargalos. Não vai ser a entrega do livro. O livro dá sustentação para a tese da governança, que é direcionar, avaliar, monitorar. Nós estamos, neste livro, mostrando as dificuldades que o Governo tem em nível nacional, em nível estadual. Quando eu faço crítica ao governo, eu falo do Governo Federal, do governo estadual e do governo municipal. Aliás, meu caro Senador, eu vou dizer a vocês que nós temos que tomar algumas medidas urgentes no País.

Eu estou muito preocupado com a questão da Previdência, que é uma tema que nós vamos abordar. E aqui, como nós estamos no Senado, na Câmara, a curva se inverte daqui a 15 anos. Nós estamos no final do ano. Em 2030 a população passa a ser mais velha, o que é bom porque vai haver muitos turistas. Mas a questão é saber se vamos ter os salários pagos, porque nós temos que crescer acima de 4% ou 5% para manter a estrutura que temos hoje no governo em nível municipal, estadual e federal. Os senhores sabem quantos funcionários públicos nós temos no Brasil? Cerca de 12,5 milhões!

Se projetarmos os terceirizados, chegamos a 15 milhões. Aí, tem bom treinamento, tem boa avaliação, tem monitoramento, tem metas, tem plano de estratégias com as instituições? O que estou discutindo no livro é isso.

Não vim aqui para falar do livro, mas para dizer que o dia 17 é um grande momento que o TCU esta proporcionando. Nós resolvemos ousar, sair um pouco. Ficar na legalidade também não resolve; temos que ir às causas que levam aos efeitos das ilegalidades, que é a falta de planejamento, como um todo, na estrutura nacional.

Se não combatermos isso, meu caro Senador Valadares, jamais seremos líderes em nível mundial. Seremos sempre o País do futuro. Como iremos competir se não temos uma boa estrutura de Estado? A história do jeitinho brasileiro tem de ser deixada de lado e apostarmos no planejamento.

Por isso, acho necessário termos esse tipo de debate. Queria agradecer. Poderia ficar aqui falando sobre esse projeto da melhoria da governança por muito tempo, mas vim aqui somente para trazer esse meu apoio, entregar essa proposta para discutir o Brasil e tentar ajudar, especialmente nesse setor, que é um dos setores onde há muito amadorismo ainda e no qual precisamos avançar, com a força do Ministério de Turismo, com a força da Secretaria de Turismo.

Venho do Estado do Rio Grande do Sul, e conheci Gramado nos anos 70. Era uma centena de casas espalhadas e se transformou num polo turístico de R$5 milhões. O Rio Grande do Norte tem 1,5 milhões por ano. Agora, disseram-me que até diminuiu. Estou citando o Rio Grande do Norte, porque é lá que estamos fazendo um estudo de caso, mas a Região Nordeste, com certeza, poderia ter milhões de turistas.

Quero dizer para vocês que o Tribunal avançou muito, e temos condições de auxiliar, hoje, em cada setor, como a Ana Paula vai falar, em cada área, para que possamos prestar este serviço para o Senado, prestar este serviço para o Governo.

E que vocês encarem este trabalho não como uma crítica, porque até as eleições já passaram. Até procurei não me envolver nessa; fiquei fora da eleição. Nesses últimos 60 dias, não dei declaração.

Agora, está na hora de começar a dar declaração e mostrar onde vimos os gargalos, para tentar ajudar. O sentido é este: ajudar. O sentido é criarmos um solidarismo de diálogo.

Encerro, Senador Valadares, com um número que vou deixar a vocês, em relação à questão de pessoal, que é a maior riqueza de um país. Fizemos uma auditoria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. AUGUSTO NARDES – Ah! A Senadora Lídice está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Ela que propôs o requerimento...

O SR. AUGUSTO NARDES – Desculpe, Senadora. Mil perdões. Porém, a Senadora Lídice propôs um debate em cima de um tema, em que há grandes vazios para serem desenvolvidos. Estava citando a questão de Gramado.

Fizemos uma auditoria, Senadora Lídice da Mata, para a questão da governança de pessoal. Ver como é que estão treinamento, avaliação, meta e meritocracia. Descobrimos na estrutura de quase 400 instituições apenas 7,6% aprimorados; intermediários, em torno de 34%; e inicial, 57%.

Então, precisamos aperfeiçoar a nossa estrutura de Estado: ter treinamento permanentemente.

Bem, cheguei aqui abruptamente. Não pude cumprimentar a Senadora. Agora que estou lendo o cartaz da Senadora Lídice da Mata. Eu já sabia que ela era a autora, porque a minha assessoria me informou.

Há mais algum Senador?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. AUGUSTO NARDES – Senador Inácio Arruda, Senador Fleury. O Senador Inácio foi meu colega.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – É o nosso Vice-Presidente aqui da Comissão.

O SR. AUGUSTO NARDES – Vice-Presidente? Grande figura!

Então, queria cumprimentar os Senadores, pois só agora tomei conhecimento da sua presença. Já estou vendo vários amigos aqui, mas não vou cumprimentar todos, para não cometer algum deslize.

Queria levar o convite, Senador Valadares, para as pessoas e vou pedir para a minha assessoria entregar para a Senadora Lídice da Mata e para os demais Senadores este convite para o dia 17. Esperamos dar um diagnóstico do Brasil para o Governo.

É claro que conversei sobre tudo isso antes com a própria Presidente da República. Estamos fazendo um grande estudo de caso com a OCDE, que é a instituição mais avançada do Planeta, sobre boas práticas de governança, um projeto de três anos.

Neste ano, já fizemos a primeira reunião.

A OCDE é a instituição mais avançada do Planeta em termos de governança pública. A ideia é trocar boas práticas de governança. Temos boas práticas de governança em ministérios no Brasil, em Estados e em Municípios. Podemos trocar boas práticas de governança em várias áreas.

Estabelecemos quatro áreas até agora: área de finanças, área de regulação, porque temos que melhorar a regulação no País, área administrativa... E, claro, para isso, fazer essa troca de boas práticas de governança com os países mais envolvidos. Que países estão envolvidos? Estados Unidos, Canadá, França, Holanda, Coreia do Sul, com o governo digital. Fiz uma palestra, recentemente, na Coreia, para conhecer um pouco e levar essa proposta para eles. E também peguei países parecidos conosco: México, Índia, África do Sul. E a gente faz um grande debate de governança.

Dei conhecimento para o Presidente Renan desse projeto, como dei conhecimento à Presidente Dilma e também dei conhecimento ao Lewandowski, sobre a

questão de que o Brasil precisa profissionalizar mais o Estado. Precisamos ter carreira de Estado permanente em algumas atividades. Eu fui político e é claro que é importante o cargo político para direcionar, mas precisamos de estrutura de Estado em boa parte dos ministérios, o que não temos. Se não mudar isso, não tem continuidade.

No Ministério da Integração, começamos com 4,5 bilhões. Está em 8,5 bilhões e vai passar de 9 bilhões. Há poucos funcionários de carreira dentro do Ministério da Integração. Então, Senadora, o mesmo com relação ao turismo. Faz-se necessária uma estrutura melhor dentro das estruturas ministeriais, carreiras estáveis para dar continuidade; não que tenham de ser a maioria.

Bem, meu caro Senador Valadares, os desafios são muitos, mas fica esta sugestão: sermos um pouco mais ousados na área de turismo. Tenho viajado muito e tenho visto que alguns países têm avançado mais que nós em relação a essa questão. Precisamos ter capacidade de competir. Gostaria que o Ministro do Turismo procurasse fazer contato com o nosso Tribunal, especialmente nesta área onde estamos fazendo, para ver onde estão os gargalos – na área que estamos encontrando, especificamente sobre a questão do turismo.

A minha proposta – em relação a esse projeto, mandei fazer esse levantamento da auditoria na área de turismo no Rio Grande do Norte – é de que sirva de modelo para a gente mostrar em todo o Brasil, em cada Estado, em cada tribunal de contas. Então, mudamos a forma de os tribunais de contas dos Estados trabalharem junto com o TCU.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE. *Fora do microfone*.) – O Douglas Cintra chegou.

O SR. AUGUSTO NARDES – O Douglas Cintra chegou. Prazer, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE. *Fora do microfone*.) – De Pernambuco.

O SR. AUGUSTO NARDES – Pernambuco. É um dos Estados que tem um grande potencial, como, aliás, todo o Nordeste. Sou gaúcho e vi por Gramado – sou das Missões, da fronteira com a Argentina – como se pode transformar uma região, e Gramado se transformou, saindo do nada, por organização da comunidade. Na verdade, quem organizou aquilo foi a comunidade. Eles se organizaram e foram atrás dos seus sonhos.

Então, a ideia é focar cada vez mais o controle para mostrar onde estão os gargalos de cada setor da Nação brasileira, na área do turismo, na área da segurança.

Vou dar uma informação. Como é importante a segurança! Os senhores sabem que 68% dos Estados não têm comunicação entre um e outro na Polícia Civil e Militar? Como combater a questão da criminalidade se os Estados não falam entre si? Convidei o Ministro Cardozo para participar desse debate e mostrei a ele.

Então, o controle deu um avanço fantástico nesse trabalho de harmonizar o nosso trabalho e fazer políticas preventivas. Por isso, os meus cumprimentos à Senadora Lídice da Mata por ter feito essa proposição, discutindo o turismo.

Quando fiquei sabendo... Tenho uma agenda muito pesada. Todos os pepinos da República passam pelo Presidente do TCU; vocês também têm todos os pepinos aqui e mandam muita demanda para nós. Vocês dão muito trabalho, especialmente os Senadores pedem muita coisa. Então, a gente tem que dar resposta.

Quando vi que tinha a questão do turismo, resolvi vir para dar um apoio para a minha amiga Ana e dessa forma estabelecer... Quer falar alguma coisa, Ana? (*Pausa.*)

Só quero agradecer a oportunidade e reiterar o convite, Inácio e Cintra, com quem eu não tinha um contato mais próximo, para o dia 17. Vamos mostrar um retrato da

Nação no sentido de ajudar os governadores. Vamos mostrar cinco gargalos em cada área. Desses cinco, nós vamos mostrar três, porque governar é priorizar.

Eu sei que os governadores chegam... O momento mais feliz de quem é político é o dia da eleição: eles chegam com todo o entusiasmo. Aí vem a crise da semana. Aí batem na porta do governador os funcionários, setores e segmentos. Aí, na outra semana, é outra crise. E aí os setores mais importantes da vida pública, os segmentos, os temas mais importantes vão sendo deixados de lado. Eles passam quatro anos administrando crise e não conseguem cumprir metas.

Então, tem que haver governança, tem que haver planejamento; é preciso debater isso. É por isso que estaremos fazendo agora, no dia 17, antes, muito antes de assumirem, para provocar esse debate.

Então, o livro está aí. Demais Senadores, infelizmente... O livro é pesado, mais de 500 páginas, mas a gente faz uma grande análise do Brasil. É a primeira vez que se foca... Quem está fazendo o prefácio é o Jorge Gerdau Johannpeter. Eu lancei esse livro na semana passada. Ele traz um resumo da proposta... Chama-se G*overnança Pública - O Desafio do Brasil*.

Um grande abraço a vocês e agradeço muito ao Senador Valadares por ter me oportunizado falar um pouquinho aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. AUGUSTO NARDES – Cláudia, eu a escuto cinco minutos, com o maior prazer.

Quem manda aqui é o nosso Senador, mas você...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Cláudia, você vai ter oportunidade de falar...

Gostaria de fazer alguma indagação?

Se o Presidente ficar até o final da nossa reunião, ela poderá fazer essa indagação *a posteriori*.

O SR. AUGUSTO NARDES (*Fora do microfone*.) – Mas eu, infelizmente, não...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Não poderá.

A SRª CLÁUDIA CRISTINA PESSOA (*Fora do microfone*.) – Eu queria que ele ouvisse cinco minutos da minha apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Ah, da sua apresentação!

Antes, porém, eu gostaria de enfatizar o nosso agradecimento ao Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Nardes, pois sua presença aqui nos trouxe grandes ensinamentos e o estímulo para que o turismo nacional ocorra em todos os Estados, notadamente com a descentralização de serviço tão essencial à economia do nosso País.

O Tribunal de Contas demonstra, na sua gestão, que não se preocupa apenas com os seus deveres e as suas atribuições constitucionais, de fiscalizar a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados e dos Municípios naquilo que for da sua competência, pois se preocupa também em fazer uma avaliação primorosa da Administração Pública, visando a dar maior equidade, maior eficiência e proporcionar aquilo que o povo brasileiro reclama, e com muita razão, pois o serviço tem que ser prestado com qualidade, com eficiência, com honestidade e ética.

E esse trabalho que V. Exª está realizando vem fortalecer, sem dúvida alguma, e harmonizar o pensamento do Senado Federal, porque o Senado Federal tem,

sem dúvida alguma, uma atuação voltada para todos os setores. Esta Comissão preocupa-se não só com o desenvolvimento regional, mas também com o turismo. E o desenvolvimento regional não pode acontecer se todas as atividades econômicas do Brasil não estiverem funcionando bem, a partir do turismo. Quando V. Exª, corajosamente, propõe, incluindo o Nordeste nessa proposta, a implantação de equipamentos que possam atrair o turista de fora, o estrangeiro, isso significa dizer que, se fizermos isso, nós estaremos economizando divisas e proporcionando maior desenvolvimento da nossa economia e do turismo.

Ao lado disso, o Pacto Federativo, porque só a União quase que centralizando todos os recursos e os Estados e Municípios vivenciando uma crise sem precedentes... Eu posso falar, por exemplo, no meu Estado, da questão da Previdência. Lá, temos um déficit da Previdência de quase R$1 bilhão por ano. Neste ano, o Governo, para fazer face ao pagamento da folha de servidores, foi obrigado a antecipar recursos dos *royalties* por apenas quatro meses. Nós não sabemos o que vai acontecer depois dos quatro meses. Para que a folha não seja atrasada, o Estado foi obrigado a tomar uma antecipação de receitas que se vai refletir amanhã na gestão administrativa em vários serviços. Isso aí é uma bola de neve que vai crescendo.

De forma que V. Exª falou num assunto da mais alta importância, que implica, sem dúvida alguma, o futuro do nosso País. Ou resolvemos essa bomba-relógio que se chama Previdência ou vamos mergulhar numa crise sem precedentes.

E a União, neste momento, já que fizemos uma eleição e no próximo ano vamos ter um novo Congresso Nacional, tem que levar em consideração que, sem a redistribuição do bolo tributário, não vamos resolver nunca a crise que se instalou nos Estados e Municípios. Isso não pode ser resolvido apenas com discurso, nem com palavras ou gestos de boa vontade, mas efetivamente realizando uma reforma consciente.

O consenso é difícil acontecer, Ministro, porque os Estados e Municípios querem uma participação maior, e a União dificilmente abre mão dos recursos que conquistou ao longo desses anos, inclusive com contribuições que não são distribuídas para os Municípios brasileiros.

O Fundo de Participação, em razão da renúncia tributária e de outros fatores, como a falta de crescimento do País, tem sido uma verdadeira fonte de preocupação dos Estados e dos Municípios brasileiros, por sua queda constante, permanente, o que faz com que essas unidades federadas vivam em eterna crise. Qualquer prefeito com quem V. Exª se encontre, com quem nós nos encontremos, o relatório que faz é realmente de escassez de recursos, de dificuldades na prestação de serviços de educação, de saúde, de obras de infraestrutura para o desenvolvimento dos Estados e Municípios. E isso só pode ser resolvido, a meu ver, com um entendimento nacional chamado Pacto Federativo para a redistribuição mais equitativa dos recursos arrecadados em nosso País.

Portanto, eu quero agradecer a V. Exª pela contribuição enorme que está dando ao Senado Federal e ao Brasil com *O Desafio do Brasil*, esse livro que traz a governança pública como foco principal para melhorar a nossa eficiência administrativa nos governos dos Estados, Municípios e da própria União.

E eu quero aproveitar esta oportunidade para entregar a V. Exª um livro publicado por esta Comissão: *Desafios* para *o Desenvolvimento Regional*, fruto de palestras e debates que foram realizados durante o ano passado e numa parte do ano de 2014. Em retribuição, nós o estamos entregando também ao nosso Ministro. *(Pausa.*)

Dando continuidade ao nosso debate, ouviremos a Drª Cláudia Cristina Pessoa, Presidente da Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes de Turismo das Capitais e Destinos Indutores (Anseditur).

A SRª CLÁUDIA CRISTINA PESSOA – Bom dia a todas e a todos.

Eu saúdo o Senador Antonio Carlos Valadares e peço vênia para também, em nome da liderança feminina na política nacional, que é a Senadora Lídice da Mata, saudar os demais Parlamentares aqui presentes.

Eu saúdo o Ministro do Tribunal de Contas da União, Dr. Augusto Nardes, por quem eu tenho uma grande admiração. Acompanho seu trabalho a distância, mas com muita deferência.

Eu saúdo o Ministro, competente Ministro Vinicius Lajes e, em seu nome, toda a equipe técnica do Ministério aqui presente.

A Oreni já nos deixou, nossa coirmã na esfera do Estado.

Saúdo a Ana Paula, que está aqui comigo nesta manhã.

Senhoras e senhores, é uma oportunidade muito grande estarmos aqui numa propositura de observarmos o que representa verdadeiramente o nosso setor para o nosso País.

Muitas vezes, Ministros, o nosso setor era visto como a parte lúdica, a parte da brincadeira, a parte que o turista em verdade precisa vivenciar, inclusive na qualidade e na pretensão do que busca nos passeios de sua viagem. Entretanto, o que está por trás das cortinas da nossa atividade é algo sobremaneira grande, de inclusão socioeconômica e de oportunidades.

Inicialmente, eu tinha preparado a minha apresentação posicionando o que representa a nossa entidade. Não vou pelos eslaides; vou fazer de forma mais sintética porque eu gostaria de fazer um gancho com as falas anteriores.

Acompanhando o Programa de Regionalização do Turismo, criado em 2004, a partir de 2005 começamos a nos encontrar no que seria o fórum de Secretários Municipais de Turismo. Avançamos e, de 2008 a 2009, nós passamos a existir de fato e de direito. Portanto, temos um estatuto, que inclusive passou recentemente por uma grande reforma, mas remetendo aos anos 2008 e 2009, nós criamos o nosso estatuto, passamos a existir com CNPJ e, daí em diante, passamos a ter inclusive uma gestão administrativa e de busca da eficiência das nossas atividades.

Óbvio que temos alguns gargalos, como disse bem o Ministro, dentre os quais a descontinuidade do gestor público, o que menos mal não acontece em minha cidade. Eu estou no décimo ano como Secretária de Turismo de Maceió. Passamos por um prefeito anterior, venceu uma oposição, e o nosso setor apresentou uma propositura para continuidade, não de uma pessoa só, mas de uma equipe, especialmente pelo poder de articulação que temos, junto com a iniciativa privada e também com as outras esferas, estadual e federal, para aplicação dessa política pública de turismo, que precisa ser entendida como perene.

Então, eu costumo dizer que este é um segredinho público lá das Alagoas: nós estarmos coesos, todas as esferas, inclusive juntamente com a iniciativa privada, buscando o objetivo único que é o desenvolvimento e essa geração de oportunidade de emprego e geração de renda.

Nós evoluímos e, recentemente, em Gramado, na reunião da semana passada, conseguimos chancelar que o nosso estatuto, que era fechado aos 65 destinos que estavam no programa primeiro de regionalização – e nós o acompanhamos –, perante os secretários presentes, a amplitude da entidade. Dessa forma, obviamente também

seguindo essa Política Nacional de Turismo, de categorização e amadurecimento da verificação dessa categorização, em que o Município se encontra diante de uma avaliação do nosso Conselho, teremos o recebimento do Município que queira integrar esse cenário de discussão, de debate, de palavras ditas pelo Sr. Ministro do Tribunal de Contas, de boas práticas para serem replicadas e de pesquisas.

Temos um pleito junto ao Ministério para termos uniformizado um observatório único, categorizado, para ser replicado nos Municípios turísticos brasileiros. Daí, passamos a ter uma mensuração mais bem avaliada, uma vez que os números e as pesquisas apresentadas serão categorizadas. Solicitamos também que tivéssemos esses indicadores postos e dispostos amplamente, para que nós busquemos melhorar cada destino, para que nossa competitividade não seja competição, mas interesse de que o outro destino seja tão bom ou melhor que o seu em função da sua boa prática.

Aí eu remeto a exposição que o Ministro está fazendo ao Estado do Rio Grande do Norte, porque, para o Nordeste, de nada adianta, por exemplo para Maceió ou Aracaju, que um turista do Sul ou do Sudeste vá para qualquer um outro destino do Nordeste, tenha uma péssima impressão e que vá generalizar e deixar de ir para a nossa região.

Então, é muito importante que esse acompanhamento seja feito num tempo o mais ágil possível, próximo do real. Eu sei que essa observação que o senhor fez da questão tecnológica da China quisera nós pudéssemos trazer para cá para darmos essa velocidade também. Acredito que será uma grande oportunidade.

Parte dos gargalos que o senhor apresentou, na verdade, nós enxergamos como desafios e foi parte da palavra do nosso Ministro do Turismo, Vinicius Lages.

O Ministro, em sua fala, comentou acerca de seis pontos prioritários iniciais de trabalho: melhoria do ambiente de negócios – aí há a questão do custo Brasil; a questão posicionada pelos senhores do Pacto Federativo e da distribuição de renda; os parques temáticos estão na pauta do Ministério do Turismo – e o senhor bem citou uma "Disney no Nordeste". Não sei se seria isso, mas a gente tem um potencial muito grande, inclusive de área, no Sertão nordestino, para que possamos apresentar um grande diferencial competitivo para o País e de atração; as cidades histórias; os eventos, que o senhor bem citou, fazendo referência à nossa Caruaru.

Ou seja, a economia criativa, associada à nossa atividade, tem um leque muito grande de oportunidades, assim como o ambiente das nossas orlas – marítima, fluvial, das lagoas e dos lagos – e, obviamente, enxergando o marco regulatório, que isso não favoreça a dissipação do nosso grande ativo, mas que oportunize, porque, se temos um grande ativo, como o litoral alagoano, não temos interesse algum de tê-lo por água abaixo, ou seja, perdido, em função de um empreendimento, por exemplo, um *resort* que venha à beira-mar e que possa estar pé na areia, para ser competitivo com os *resorts* que há na América Central.

Temos aí muita coisa a trabalhar, mas enxergo com muita felicidade, Senadora Lídice da Mata, que o nosso pensamento está uníssono, os nossos trabalhos de enxergar o Brasil por regionalização – e eu me remeto a um trabalho bastante tecnicamente bem desenvolvido no Ministério, porque são 10 anos de trabalho de regionalização.

Em 2009, teria sido apresentado um mapa inicial, este a que me referi, dos 65 chancelandos, como indutores, mas esse mapa foi reapresentado recentemente, apresentando, inclusive, mais de 3 mil Municípios, que já têm alguma musculatura para desenvolver essa nossa atividade com competência e profissionalismo.

Então, espero que esse mapa que os senhores estão desenvolvendo no Tribunal de Contas esteja bem entrelaçado com o mapa do desenvolvimento e do nosso planejamento, que está sendo muito bem concluído. Mais uma vez, ressalto que estamos com um Ministro que tem inteligência, competência, poder articulatório, político, administrativo e que tem muito a contribuir para o nosso setor no Brasil. Quisera não fosse somente por mais dois meses!

Nós enxergamos, como digo, com muito humildade, lá no nosso destino, que obviamente a parte técnica, como o senhor mencionou, o corpo técnico principalmente, tem de estar realmente afinado com a continuidade da política pública, mas estarmos com um condutor que tenha essa visão e essa possibilidade de articulação, fazendo vencer as fronteiras, que, muitas vezes, a política partidária apresenta, colocando a atividade acima de qualquer interesse partidário ou pessoal, vai fazer seguramente com que essa nossa grande fronteira de desenvolvimento nos próximos anos seja um grande diferencial, um grande divisor de águas.

Então, nós observamos essa questão do necessário monitoramento das ações e, obviamente, é claro, da aplicação dos recursos, sobretudo pela responsabilidade que temos como gestores públicos, e nossos CPFs e nossas entidades estão ali apresentadas.

Não quero ser redundante em relação aos pleitos feitos pela Oreni, mas foi bastante interessante pontuadamente, porque estamos em uníssono, também nesses pleitos apresentados pela Presidente do Fórum de Secretários Estaduais.

Então, fico muito feliz em saber que o Senado brasileiro, esta Comissão, e o que poderá replicar a partir desses dias – da audiência passada, mas também desta e do Tribunal de Contas em conjunto conosco, porque o nosso desejo é fazer este Brasil melhor para cada cidadão.

O turismo não pode ser uma atividade que vá terminar com as questões locais de cultura e de atividades correlatas. Ao contrário, nós queremos pegá-las, potencializá-las, profissionalizá-las, qualificando-as e fazendo verdadeiramente a grande diferença. Estamos prontos para isso.

Então, conte conosco, com a Associação dos Municípios, que, a partir da chancela do nosso Estatuto, em cartório, estará ampliado além dos 65.

Eu dispenso a apresentação e agradeço a oportunidade de estarmos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Cara Presidente, eu quero agradecer a sua participação. Não é de agora que conhecemos seu trabalho. Lá nas Alagoas, a sua competência tem sido demonstrada, tanto que o Ministro está aqui me falando que há dez anos a senhora vem-se repetindo nos vários governos, significando dizer que há um reconhecimento público, dos políticos e das lideranças locais, do seu trabalho. E a sua fala demonstrou não só conhecimento como também engajamento com o desenvolvimento do Nordeste, do turismo nordestino.

O Ministro Augusto Nardes é um homem do sul do País, mas tem essa sensibilidade de entender que a nossa região pode dar uma grande contribuição, pelas suas potencialidades, ao turismo nacional. Quer dizer, o nosso São João, o nosso forró, que traduz a nossa tradição cultural lá da Paraíba, de Campina Grande, de Aracaju, nosso famoso Forró Caju, e também Caruaru, Ceará, tantos outros Estados.

A Bahia, que tem evidenciado a importância do nosso patrimônio cultural e artístico, não só com as belezas naturais das suas praias, mas também com o seu patrimônio cultural.

Em Sergipe, agora mesmo, tivemos elevada a patrimônio cultural da humanidade a Praça São Francisco, lá em São Cristóvão, a primeira capital de Sergipe.

Nós temos um potencial turístico que pode ser explorado em benefício da nossa Nação. E ainda não está sendo explorado na devida conta por falta disso que eu estou falando e de uma maior integração entre os Estados e Municípios e o próprio Ministério do Turismo, isso em decorrência até da falta de condições de estrutura econômico-financeira que possa dar fundamentação a esse trabalho de integração. Por isso, nós estamos aqui insistindo que no próximo ano, no Congresso Nacional, Sr. Ministro, a primeira grande reforma que devemos fazer é a reforma política.

Eu espero que aconteça a reforma política tão ansiada, desejada e nunca acontecida. E também a reforma tributária. Essas são as duas reformas que, se nós fizermos, o Brasil vai alavancar o seu desenvolvimento, vai ter mais transparência na aplicação dos seus recursos e vai promover maior alegria e felicidade a todos os brasileiros de todos os Estados e Municípios.

Sr. Ministro, fique à vontade para as despedidas. Sabemos das suas atividades. Muito obrigado por sua presença.

O SR. AUGUSTO NARDES – Eu vou passar agora o convite para o Presidente do Senado, para o dia 17. Todos os Srs. Senadores estão convidados.

Agradeço muito os desafios, aqui, para o desenvolvimento regional. É a área pela qual sou apaixonado. Eu fiz mestrado em estratégias de desenvolvimento há mais de 30 anos. Então, é um tema de que gosto muito e estou tentando implementar isso no Tribunal de Contas da União.

Eu não ouvi a palavra do Ministro Vinicius – peço escusas –, porque hoje estamos com a pauta extensa – são mais de 150 processos. Daqui a pouco, eu começo a sessão. Vamos entregar agora o Fiscobras para o Presidente Renan. É um relatório das obras que têm problema no País, mas quem decide se as obras continuam são o Senado e a Câmara. Fizemos o levantamento de 101 obras, algumas com regularidades graves, enfim. Estamos mandando aqui para o Senado e para a Câmara tomarem a decisão final.

Mas o importante, meu caro Vinicius, é que possamos trabalhar de forma integrada, e acho que esse trabalho do Senado e da Câmara e essa proposta que fez a Senadora Lídice são muito importantes para que conheçamos a realidade. Eu gostaria até de ter acesso. Vou deixar a Ana responsável por isso, para saber o que falou o nosso Ministro do Turismo, e assim a gente ter condições de também trabalhar em conjunto.

Coloco o Tribunal à disposição de todos. Eu tenho vários amigos que estão aqui na minha frente que já têm contato conosco permanentemente e o utilizam.

Cumprimento mais uma vez a Senadora Lídice pelo tema. Estou vendo aqui que tem um livrinho do Ministério do Turismo. Vou levar comigo. Posso levar? (*Pausa.)*

E dizer uma coisa, um tema que vocês devem abordar... Já falei com a Presidente Dilma, dei conhecimento a ela sobre isso. É o grande desafio de que o senhor falou e com o qual estou preocupado: a questão da Previdência. Nós temos de contabilizar R$2,3 trilhões que não estamos contabilizando – R$2,3 trilhões na Previdência –, para prever o futuro. Para quem é funcionário saber: será que eu tenho segurança? É um tema.

Eu conversei com a Presidente Dilma sobre isso. Comuniquei a ela... Aliás, chamamos o Ministro da Fazenda para dizer que é necessário contabilizar R$2,3 trilhões. Como o senhor falou desse tema, eu estou querendo só trazer essa contribuição, e a Presidente Dilma disse que tomaria providências, quando lhe falei alguns meses atrás sobre esse tema.

Mas é bom os Senadores sempre estarem atentos, porque a República brasileira tem de se unir e se solidarizar. Passou a eleição. Agora, temos de esquecer a questão ideológica e pensar nos interesses da Nação. O período eleitoral é outro agora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Agora, é descer do palanque.

O SR. AUGUSTO NARDES – É descer do palanque, começar a trabalhar e pensar no País. Daqui a quatro anos, de novo, daqui a três anos e meio, começa tudo de novo. Começa outro debate. Faz parte do jogo democrático.

Portanto, sejam felizes, contem conosco. Estamos lá. O TCU é uma instituição que está para colaborar com o Senado, colaborar com o Governo, colaborar com o Judiciário. Muitas vezes, tenho de tomar posições duras, mas é a nossa missão. Por isso, temos o cargo vitalício. Então, precisamos ter coragem de dizer o que está acontecendo, para que o País possa tomar os melhores caminhos e não ter temor de enfrentar as grandes questões da Nação.

Portanto, Senador, meus cumprimentos pela sua proposta e conte conosco. Espero que, no dia 17, possamos fazer essa radiografia, essa anatomia da Nação com os governadores. Mais de 20 governadores já confirmaram. Vamos entregar um *pen card* com todos os problemas para cada governador e para a Presidência da República.

É uma forma de ajudar.

Agora, quem toma as decisões não somos nós. São os senhores que governam, os governantes do País.

Muito obrigado. Contem conosco. Meu caro Ministro, disponha do TCU, e eu prefiro... E fizemos isso. Queria dizer que fizemos 11 auditorias no Ministério do Turismo. Hoje, o Ministério do Turismo é o melhor ministério em termos de prestação de contas do Brasil, reconhecido pelo TCU. Então, nós ajudamos, aperfeiçoamos, e hoje o Ministério do Turismo é uma excelência no Brasil. E fico orgulhoso, porque trabalhamos juntos nessa questão.

Muito obrigado.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – O Ministro Nardes foi Deputado Federal muitos anos. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Bom, finalmente, vamos ouvir a Drª Ana Silva da Silva, Secretária de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico do TCU.

A SRª ANA SILVA DA SILVA – Bom dia a todos. Queria cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Antonio Carlos Valadares; o Ministro Vinicius Lages, com quem a gente já teve mais contato, recentemente inclusive; minha companheira de debate, Cláudia; as demais autoridades presentes; os servidores do Ministério do Turismo também, com quem temos bastante contato; a equipe do Tribunal que está aí; senhoras e senhores.

Queria agradecer a oportunidade de estar aqui nesta Comissão e de participar desse tipo de debate, que é muito importante, inclusive para a área em que a gente trabalha, área de desenvolvimento econômico, e o Ministério do Turismo está inserido nesse contexto.

Não sei se minha fala ficou mais difícil, com mais desafio, ou se mais fácil, porque o Ministro já adiantou muitas coisas que eu gostaria de comentar. Então, vou passar rápido, até para não tomar muito tempo.

Por outro lado, depois da fala dele, é um desafio maior falar.

Então, eu queria passar rapidinho pela competência do Tribunal, que, além de julgar as contas, o que todos normalmente conhecem, a gente também fiscaliza a aplicação dos recursos e tem um olhar especial para a questão da eficiência, da eficácia, da economicidade. Isso a Constituição trouxe, e o Tribunal, de alguns anos para cá, tem dedicado boa parte do tempo para fazer esses trabalhos de fiscalização com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento da Administração Pública.

Então, eu trouxe aqui uma rápida...

Até 2010, nós tínhamos como missão assegurar e regular a efetiva gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade. E houve um passo grande, de 2011 para cá, que foi esse olhar para contribuir para o aperfeiçoamento da Administração Pública. Então, mesmo naqueles trabalhos que são voltados para a regularidade dos gastos, sempre existe o olhar da equipe de contribuir para o aperfeiçoamento da Administração, para procurar, buscar as causas dos problemas: o que permitiu que determinado tipo de ocorrência acontecesse?

Senadora Lídice, meus cumprimentos também. Minha conterrânea. Hoje o Nordeste está bem representado aqui, não é? Então, vamos continuar.

Desses últimos quatro, cinco anos para cá, o Tribunal teve uma atuação muito próxima do Ministério do Turismo. O Ministro Nardes comentou aqui que foram mais de 11 fiscalizações num espaço de quatro anos. Houve uma relação muito próxima com o Ministério.

Nós focamos principalmente nas áreas de qualificação e capacitação profissional e nas ações de infraestrutura turística. Houve algum trabalho também na promoção internacional do turismo, que envolveu a Embratur. E na área de promoção de eventos turísticos.

Com a especialização do Tribunal, que aconteceu no início do ano passado, nessa última gestão, o Ministério do Turismo ficou ao lado do Ministério da Indústria e Comércio, do Ministério da Ciência e Tecnologia, de parte do Ministério da Integração que é responsável pela área do desenvolvimento regional. Então, essa política do turismo dentro do Tribunal tem sido realmente vista como uma política de desenvolvimento econômico. E a gente tem-se preocupado em atuar de forma que realmente a política pública ajude o País nessa missão de se desenvolver, de gerar emprego e renda, de trazer divisas para o País.

As principais áreas onde nós atuamos nesses últimos anos vou trazer aqui, antes de me demorar um pouco mais na questão da infraestrutura. São ações de apoio ao desenvolvimento das regiões turísticas. Em relação ao Prodetur, a competência do Tribunal ficou definida que se limita à fiscalização e ao controle das garantias. A gente tem várias solicitações do Congresso que foram apreciadas pedindo análise do Tribunal sobre a qualidade dessas garantias. E eventualmente, em algum descumprimento de compromisso – porque envolvem a União essas garantias –, o Tribunal atuaria também. Mas são poucos processos, e a nossa competência tem-se limitado, no âmbito do Prodetur, a verificar essas garantias.

Em relação às ações de melhora da infraestrutura turística, sobre o que mais a gente tem se debruçado na secretaria, juntamente com essa equipe, é verificar as ações de apoio aos projetos de infraestrutura turística, porque representam três quartos do orçamento disponível. Então, a maior alocação de recursos é para esse tipo de projeto, que envolve todo o Território brasileiro.

A Região Nordeste realmente tem recebido mais recursos nos últimos anos, nos últimos exercícios, mas todo Território brasileiro é beneficiado com esse tipo de

recurso, que é executado principalmente por meio de contrato de repasse. Então, existem vários trabalhos do Tribunal nesses últimos anos que fizeram esse tipo de avaliação.

Quais são as principais constatações que verificamos? As obras demoram a ser entregues à sociedade. Então, existe recurso. o qual é disponibilizado, mas por alguns motivos que vou comentar aqui, que nós verificamos, essas obras demoram a ser entregues ou, às vezes, não são entregues.

A primeira delas é a ausência de apresentação de projeto de engenharia. Mesmo quando o Ministério já disponibilizou, já tem o recurso, em princípio, disponível para ser feita essa transferência, empenhado, o Estado ou o Município beneficiário desse recurso não apresenta o projeto. Isso a gente vê sistematicamente nas fiscalizações.

Depois de entregue o projeto, ainda fica em cláusula suspensiva muito tempo, às vezes por mais de ano, com pendência técnica em projeto apresentado, e aí depende da análise da Caixa Econômica Federal, e tudo. E essas pendências não são resolvidas de forma rápida.

Outras coisas que também impactam nessa demora são a falta de comprovação da titularidade da área e a falta de licença ambiental.

O que a gente vê com isso?

No momento em que o recurso está disponibilizado, o beneficiário não tem condições ainda de executar. É a nossa maior preocupação em relação a grande parte do Orçamento, porque o objetivo não é só transferir o recurso, nem deixar o recurso disponível. É que o bem seja entregue à sociedade, é que aquilo tenha realmente resultado.

Temos alguns números recentes, agora de setembro. Fizemos um levantamento, de 2010 para cá, da quantidade de obras contratadas. Das obras contratadas em 2010, só 45%, hoje, em setembro de 2014, estavam concluídas. De 2011, um percentual ainda menor; de 2012 e 21013, ainda não tinha até essa data.

Essa é uma preocupação, embora, quando se fale em contrato de repasse, não seja aquele bem de aquisição imediata, porque é obra, leva um tempo de maturação e tudo.

Mas quais são os problemas que acontecem?

O custo, às vezes, aumenta, depois de um ano ou dois anos; há descontinuidade administrativa – às vezes, mudou a administração do Município ou do Estado; houve ali uma mudança de governo no meio, e não é mais prioridade do Estado ou do Município

Achei muito interessante e até gostei de ter ficado por último para ouvir a fala da Oreni e da Cláudia, de ver as observações e considerações dos Estados e Municípios, e aí também dar este *feedback.* Às vezes, como no Estado de Alagoas, pelo que você falou, já há essa continuidade administrativa, mas isso não é o retrato do Brasil. E os ciclos ficam interrompidos. É uma coisa que preocupa, porque grande parte dos recursos do Ministério do Turismo estão inscritos em restos a pagar – esse outro quadrinho mostra, na penúltima coluna. Então, demora a sociedade a se beneficiar e para os recursos poderem multiplicar a renda do Município, a geração de divisas e tudo.

Esses dados são também recentes, de agosto, de um trabalho que estamos terminando, e vemos com alguma preocupação que esse número tem-se mantido alto. Em 2013, temos de fazer uma ressalva de que o empenho foi um percentual bem maior porque teve PAC, e aí é de empenho obrigatório.

Então, aqui, só para resumir de forma visual, que boa parte dos recursos, um percentual alto, são inscritos em restos a pagar e permanecem sem execução durante algum tempo.

O Tribunal também, recentemente, fez um trabalho na Caixa Econômica Federal; fez uma auditoria operacional, que viu todo o processo de atuação da Caixa Econômica em relação aos contratos de repasse, não só do Ministério do Turismo, mas de toda a Administração Federal; fez visita a várias superintendências estaduais e apontou realmente algumas dificuldades da Caixa em gerir tantos contratos assim, mas não é possível atribuir à Caixa a responsabilidade por tanto atraso. Há muita inércia e, às vezes, a falta dos requisitos legais dos próprios beneficiários dos recursos.

Isso é um coisa que, neste debate, temos de trazer à tona, para que se pense em alguma solução para que esse tipo de coisa não aconteça. O recurso está disponível, mas ainda não há o título de propriedade da terra, ainda não há a licença ambiental, ainda não há um projeto técnico que seja adequado para dar seguimento.

Vou trazer aqui também um exemplo dos contratos de repasse da Matriz de Responsabilidades da Copa, que aí envolveu as 12 cidades-sede. São Municípios grandes, são Municípios mais estruturados do que a maioria dos Municípios que temos no Brasil, e, mesmo assim, houve grande dificuldade de execução.

Então, as obras para a área de sinalização, de acessibilidade para construção daqueles centros de atendimento ao turista, que são aqueles módulos pequenos e bem padronizados para as cidades-sede da Copa.

No ano passado, fizemos essa fiscalização. Neste ano, fizemos um monitoramento. Até a Copa do Mundo, só uma obra foi concluída, e estamos falando de Municípios grandes, capitais. Alguns contratos foram com Estados; outros, com o próprio Município. Mas isso é preocupante, porque realmente mostra – e o que a Oreni falou é pertinente – ou a falta de interesse... É preciso avaliar qual é a causa. Falta de interesse em dar continuidade? Mas o dinheiro está ali disponibilizado. Falta de planejamento de médio e longo prazo dos Municípios e Estados? Nesse caso, essa associação de vocês tem uma ótima oportunidade de contribuir para isso, para que esse recurso não fique parado, pois está ali disponível e não é executado.

Visualmente fica fácil de ver. Essa é uma obra concluída, a do DF, aquisição das vans para atendimento e informações. Alguns já se extinguiram. Foi agora em setembro. Então, para a Copa, não ficaram prontas. São obras que precisam ser feitas. Não eram necessárias tão somente para esse evento. Mas isso mostra que alguma coisa precisa ser feita para que a execução de três quartos do Orçamento do Ministério não fique tão vulnerável assim, tão dependente da ação dos beneficiários.

Como estruturar, como capacitar esses beneficiários para que estejam prontos quando o recurso for disponibilizado?

A questão do investimento em projetos, de já ter projetos de qualidade ou padrão. Para algumas obras, pequenas obras, sim, mas o Ministério do Turismo tem, dependendo do Município, necessidades diferentes.

O Tribunal também atuou, nesses últimos anos, na questão da capacitação e qualificação dos profissionais e gestores do Ministério do Turismo.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA SILVA DA SILVA – Então, atuamos no Bem Receber Copa, na qualificação profissional e em outras ações complementares de qualificação. Várias mudanças aconteceram depois da atuação do Tribunal, com as sugestões, com as recomendações que foram feitas.

Para finalizar, também não poderia deixar de ressaltar as boas práticas que encontramos, ao longo desse trabalho, no Ministério do Turismo. Inclusive convidamos, e, no ano passado, eles apresentaram para o Presidente Nardes e para outros ministros

algumas dessas boas práticas. Estabeleceram regras e critérios para formalização dos instrumentos de transferência; sistema de acompanhamento e contagem de repasse, que é fantástico e que, entendemos, no ano passado, deveria ser estendido para toda a Administração Pública; sistema de monitoramento de desempenho; a definição do mapa do turismo, que foi um avanço; a instituição do manual de instrução para celebração e execução dos termos de compromisso; e o sistema de controle e demandas externas, que é essa relação com o controle que é realmente muito boa com o Ministério do Turismo.

Meu tempo já acabou. Para finalizar, queria agradecer e dizer do nosso comprometimento na atuação junto ao Ministério do Turismo na área dessa política pública, que entendemos que é realmente muito importante para a área de desenvolvimento econômico.

Há outros trabalhos transversais no Tribunal, e depois podemos fazê-los chegar aqui. Há uma auditoria coordenada inclusive com outros países, inclusive outros tribunais de contas estaduais na área de unidade de conservação que também viu a necessidade de fazer essa articulação com o Ministério do Turismo. Então, que esse debate possa fortalecer o Ministério. A questão do pessoal é uma coisa que sempre constatamos nos nossos trabalhos. Falta carreira, é pouca gente para enfrentar tantos desafios. Que ele possa ser esse articulador das estratégias com outros órgãos do Executivo, como o Ministério do Meio Ambiente, Indústria e Comércio, que é um importante ator na criação da cultura do turismo, que é mais do que qualificação; é cultura. Cada um no seu setor tem que entender que pode ganhar com o turismo e aumentar a própria renda do seu Município, do seu Estado, da sua associação, da sua empresa.

E é isso, resumindo um pouco, porque o Ministro Nardes já tinha feito algumas considerações.

Quero agradecer e nos colocar à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Já encerrou? (*Pausa.*)

Agradeço sua participação valiosa neste debate.

Agora, passemos imediatamente às perguntas. Pelo Regimento, a primeira pessoa a interferir neste debate é a autora deste requerimento, a Senadora Lídice da Mata.

Mas, Senadora, antes, eu gostaria de dizer que esta audiência pública está sendo acompanhada pela internet, e algumas pessoas fizeram indagações, que passo ao Sr. Ministro para, na hora em que for falar, referir-se a essas perguntas.

Agradeço a V. Exª.

Senadora Lídice.

Agradeço à Senadora Ana Amélia pela presença prestigiosa nesta Comissão.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Bom dia a todos. Quero saudar todos os representantes das entidades aqui à Mesa: Oreni, que já se afastou; Cláudia; a representante do Tribunal, que foi acompanhada de seu Presidente, Ana Silva; e agradecer de forma muito especial ao Ministro Vinicius Lages, que, desde a semana passada, através das suas secretarias, esteve conosco aqui neste debate de avaliação. Como já foi ressaltado pelo nosso querido Presidente, essa é uma determinação do Senado; esta audiência pública se dá em função de uma determinação do Senado para que cada comissão avalie as políticas públicas da sua atribuição de debater e legislar.

E eu recebi a tarefa de fazer isso na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o tema Estruturação dos Destinos Turísticos Brasileiros. Nós tivemos, na semana passada, aqui presentes e continuam aqui, a quem quero agradecer pela

presença, o Secretário-Executivo, os diversos membros da comissão técnica do Ministério do Turismo e também meu conterrâneo, Presidente da Embratur, Vicente.

Vejam bem: na semana passada, houve uma análise mais detalhada de alguns aspectos, e hoje, com a participação do Ministro aqui, e creio que já responderam tanto a Oreni, quanto o Ministro, quanto a Cláudia, quanto a Ana Silva. E destacaram algumas das questões que estavam no nosso rol de perguntas a serem feitas, porque não estamos aqui inventando a roda. Estamos analisando políticas públicas que são debatidas no Fórum Nacional dos Secretários de Turismo, que são debatidas no Conselho Nacional de Turismo, que são debatidas pelos secretários dos destinos indutores, dos Municípios de destinos indutores e das diversas áreas do Poder Legislativo.

No entanto, acho, Ministro, que V. Exª trouxe a este debate hoje alguns posicionamentos novos, e outras questões que foram colocadas tanto por Oreni quanto por Cláudia já fazem parte, digamos assim, de uma pauta de reivindicações do turismo brasileiro, tanto do setor público quanto do setor privado. Uma delas é justamente a pauta que reivindica a instalação da conta satélite e do observatório único.

Também dentro dessa discussão da conta satélite, está justamente a busca de estabelecer de maneira separada os índices e o impacto do desenvolvimento da atividade econômica do turismo na economia nacional.

O senhor começou a sua exposição, falando do impacto do turismo no PIB nacional.

No entanto, esta análise do PIB leva em conta apenas as atividades típicas do turismo, como alojamento, transportes, restaurante, e não incorpora algo que é também uma reivindicação do setor público e privado da área de turismo, que são justamente as atividades incidentes ou induzidas pelo turismo, como a construção civil, no caso da hotelaria. E houve impacto nessa área, por exemplo, agora no período da Copa, em que houve um aumento de leitos em diversas capitais brasileiras e cidades brasileiras, de eletroeletrônicos, de automóveis, de ônibus, de confecção, todas voltadas à interação com a atividade do turismo. Inclusive, temos um projeto de lei de minha autoria e do Deputado Otavio Leite, buscando também identificar, do ponto de vista da balança comercial, aqueles produtos que são consumidos no Brasil pelo turista estrangeiro, de forma que pudessem entrar num cálculo, numa análise do Ministério da Fazenda, justamente para que pudéssemos desonerar alguns desses produtos no consumo do turista estrangeiro.

Mas queria destacar aqui alguns pontos que já estavam na nossa pauta de perguntas e que precisam ser também direcionados para essa discussão. Tanto Oreni, quanto Cláudia, quanto Drª Ana e o próprio Ministro falam numa questão chamada continuidade administrativa. Ora, não podemos levar isso na ponta da faca, porque, senão, vamos concluir que não deve haver eleição no País; que os governos devem permanecer os mesmos, para preservar o setor do turismo – e isso não é possível.

O que entendo como reivindicação do setor, e nessa direção quero dirigir uma pergunta ao Ministro, é justamente a profissionalização de cada setor; no caso do Ministério do Turismo, a sua profissionalização. Que esforços têm sido feitos pelo Ministério do Turismo, no sentido de dotar o ministério de funcionários públicos, com concursos públicos voltados para a sua profissionalização, para que possamos proteger as políticas públicas, justamente garantindo um corpo técnico profissional que seja capaz de, independentemente do Ministro, independentemente do Secretário Nacional de Promoção, independentemente do Secretário de Políticas de Turismo, possamos ter as políticas preservadas? Essa seria uma primeira pergunta.

De que maneira também temos condição de analisar o resultado da política ou dos diversos programas de infraestrutura, como é o caso do Prodetur, e de outros, os investimentos do turismo feitos pelo Ministério, em convênio com os Estados, na melhoria efetiva do destino?

Cito um exemplo, até para saudar o ex-Secretário de Turismo e ex-Presidente da Fornatur (Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo), Domingos Leonelli. Ontem, estive com o nosso Governador eleito do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, que é também nosso Senador, a quem homenageei. Muitos governadores eleitos já saíram, para descansar – nenhuma crítica –, fora do Brasil, e ele escolheu para descansar um destino turístico da Bahia, que é Morro de São Paulo. E voltou fazendo muitos elogios às novas obras de infraestrutura que qualificaram aquele destino e que foram realizadas recentemente, com recursos do Ministério do Turismo e com a gestão do Governo do Estado da Bahia, do ex-Secretário que aqui se encontra.

Então, de que tipo de mecanismo o Ministério do Turismo dispõe, hoje, para análise do impacto dessas obras na visitação desses destinos, no impulsionamento desses destinos?

Outra questão.

Ficaram claros na audiência passada alguns dos chamados nós do desenvolvimento do turismo.

O representante da aviação, embora não pudesse estar aqui presente, apresentou uma pauta que vai ser encaminhada para o Ministério. A Abav também fez referências – e certamente o Ministro está informado disso – às dificuldades que vive o setor das agências de viagem no Brasil. A CNTur (Confederação Nacional do Turismo) colocou algumas questões que considerava como gargalo, e a CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo) também se posicionou, principalmente em relação aos programas de profissionalização voltados para a qualificação do turismo. E todos eles destacaram os pontos positivos, de avanços, mas também as dificuldades encontradas para que nós possamos avançar nesses segmentos.

Eu quero destacar que ontem nós aqui debatemos, Senador Valadares, e deveremos votar durante esta ou na próxima semana, a medida provisória de apoio, de valorização da aviação regional, que, no primeiro momento, foi muito criticada, inclusive por nós, mas agora se fez um acordo. Houve mudanças no relatório que permitem expectativas de fortalecimento da aviação regional por meio dessa medida provisória. E eu quero ressaltar a importância de o Governo se dirigir ao Congresso para apresentar uma proposta dessa natureza, que teve grande apoio de todos os partidos.

Eu queria colocar como mais um entrave nessa nossa discussão o entrave político propriamente dito, que é a compreensão por parte do Governo da importância do turismo como atividade econômica para o desenvolvimento do País.

Às vezes, a gente fica numa posição de reclamação, e a gente precisa passar para uma posição de proposição.

O Ministério do Turismo nasce de uma mobilização do setor público e privado da área de turismo no Brasil 11 anos atrás. Portanto, esse setor, digamos assim, induziu o Governo brasileiro não apenas a criar um ministério, mas interferiu diretamente na constituição de uma política pública para o Ministério do Turismo, calcada na construção do Sistema Nacional de Turismo, todo ele montado na participação direta dos Estados e dos Municípios. Em cada Estado se repete o Conselho Nacional de Turismo com os conselhos estaduais, que têm a participação dos destinos indutores do turismo em cada Estado, assim como nacionalmente.

Toda essa política foi sustentada no seu início pela ideia de ter o Congresso Nacional como um dos principais parceiros no fortalecimento do Orçamento do Ministério do Turismo.

Pessoalmente, Ministro, eu acho – e não apenas pessoalmente, mas a partir da minha participação nesses fóruns todos e de opinião dos companheiros que atuaram nessa área – que, já que estamos em busca de profissionalização das nossas políticas públicas, nós temos que dar um passo adiante nessa política, que resultou sempre numa fragmentação muito grande.

Nós, digamos assim, duplicamos o Orçamento do Ministério do Turismo.

No primeiro momento, inclusive na primeira fase do Ministro Mares Guia e do Presidente Lula, tivemos como marca para implantar o Ministério essa parceria, mas foi feita numa fragmentação orçamentária imensa e sem uma relação com a prioridade da política pública.

Então, o Ministério do Turismo é um faz-tudo em termos de infraestrutura; diferencia-se pouco do Ministério das Cidades. O Ministério das Cidades tem saneamento, que o Ministério do Turismo não tem, e algumas outras políticas próprias do desenvolvimento urbano. Isso faz com que tenhamos uma falsa ideia de um fortalecimento do Orçamento do turismo, porque, na prática, a execução é pequena, como foi destacado aqui pela própria auditoria do Tribunal de Contas da União. Nós temos um Orçamento que tem grande parte de não execução, e creio que essa não execução também se dá pela excessiva fragmentação das emendas parlamentares dirigidas ao Ministério do Turismo.

Eu acho que deveríamos evoluir, no caso dos segmentos públicos, do Fornatur e da Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes de Turismo das Capitais e Destinos Indutores, para, primeiro, a exigência de um aumento real do Orçamento do Ministério do Turismo, para que nós possamos ter um Orçamento voltado para um aumento das áreas de investimento consideradas prioritárias em infraestrutura e em promoção turística.

Nós, no início, tivemos um trabalho com a Ministra Marta. Os ministros se voltavam para conseguir emendas de Bancada e emendas das comissões, tanto desta quanto da Comissão de Desenvolvimento Turístico e Desporto da Câmara dos Deputados.

Mais recentemente, não houve praticamente execução de emenda de Bancada, e nós deixamos, portanto, de ter, nas emendas de Bancada, onde se costurava o fortalecimento do Orçamento em políticas estruturantes, a possibilidade de realizar esse casamento entre as políticas públicas principais, prioritárias do Ministério e o apoio do Congresso Nacional a essas políticas. Acho que isso fracionou mais ainda.

Eu digo, por experiência própria, que nunca consegui – Vicente, você que é baiano e com influência na Bancada – aprovar, por exemplo, uma emenda de promoção turística para o meu Estado. Das 15, 18 emendas a que a Bahia tem direito, nunca nós conseguimos aprovar uma emenda de promoção turística, diferentemente, por exemplo, do Ceará, que muitas vezes apoiou emenda de promoção turística.

Isso é parte da cultura, do conhecimento do aprofundamento, da profissionalização do turismo em cada Estado. E olha que a Bahia é um dos Estados com maior nível de profissionalização, de cultura e de história de participação de política pública inovadora no turismo nacional e que permanece.

Portanto, creio que o central nós não conseguimos, qual seja, que o Governo Federal como um todo entenda a prioridade do turismo do desenvolvimento nacional, em particular o Ministério do Planejamento e a Presidência da República. Sem crítica pessoal alguma, não há uma compreensão disso, não há uma clareza disso, ou não haveria

situações muito polêmicas que vivemos, volto a dizer, como foi o caso em que a Embratur não conduziu, não esteve à frente da política de promoção do Brasil na Copa do Mundo, tendo coordenado essas ações. Então, eu considero que isso é uma falha.

Aliás, em termos de Embratur, também aqui foi colocada na audiência passada uma crítica ao *marketing* e à marca da Embratur feita por alguns dos representantes que aqui estiveram.

Eu queria, também, como questionamento – o Ministro do TCU já respondeu em parte isso –, falar que o Ministério do Turismo lançou recentemente um Banco de Projetos para servir de referencial para os Municípios – e aí todos podem responder –, de forma a evitar que os projetos entrem com tanta frequência em cláusulas suspensivas, o que impede os contratos de repasse.

Os senhores sugerem alguma medida que o Senado, como Casa da Federação, possam propor para melhorar a capacidade institucional dos Municípios atuarem nessa área? Diretamente, Cláudia pode falar sobre isso.

II - A política de estruturação dos destinos turísticos brasileiros tem muitos instrumentos, atende milhares de Municípios e tem um caráter transversal. No entanto, é fundamental que seja claro o objetivo de qualquer política pública. Esse ponto é um consenso na área de avaliação de políticas públicas, estando presente, inclusive, no Protocolo de Brasília da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

Qual é hoje, a seu ver, Ministro, exatamente o objetivo da política de estruturação dos destinos turísticos brasileiros? Para todos os participantes.

O Programa de Regionalização do Turismo atende mais de três mil Municípios. Trata-se, certamente, de um grupo muito amplo e heterogêneo para ser alvo de uma política pública. Em que medida a categorização dos Municípios feita pelo Ministério corrige esse problema?

Incluindo um pouco o TCU, no ano de 2011, a sociedade brasileira ficou estarrecida com os escândalos envolvendo Emendas Parlamentares no Ministério do Turismo. De lá para cá, foram limitadas pela LDO as Emendas Parlamentares para eventos no Ministério, e a pasta virou referencial de boas práticas, como já foi aqui destacado. Como o Ministério e o Congresso ainda podem evoluir no que tange às Emendas Parlamentares ao Orçamento?

E, por último, embora estejamos falando da estruturação dos destinos um pouco mais voltada para uma ideia de investimento em infraestrutura turística – e assim a sinalização se inclui –, mas falando da promoção do destino também, agora, recentemente, esses dias, o Ministério do Turismo está inovando uma portaria que permite que a Emenda Parlamentar possa financiar diretamente as atrações turísticas. Porque o evento turístico, Senador Valadares, até então, se o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Traduzindo; as atrações em que sentido?

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – No sentido de pagamento do cachê dos artistas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Porque, hoje, só é permitido pagar os equipamentos...

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Só é permitido financiar a infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) –... de som, banheiros, palanque.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – É. E essa portaria inova bastante nessa direção. E eu creio que é preciso destacar, nesse contexto nosso, o Ministério do Turismo como um grande articulador de ações. Então, a infraestrutura propriamente dita, a infraestrutura portuária, aeroportuária – eu já me queixei aqui inúmeras vezes, mas, infelizmente, a quantidade de queixa que faço, meu querido Líder do Governo, não é capaz de agilizar um milímetro sequer as obras do aeroporto de Salvador, administrado pela Infraero. O Ministro, inclusive, quero registrar, se comprometeu, hoje, de ir comigo até a presidência da Infraero, para que possamos debater o cronograma de obras do aeroporto de Salvador.

E é necessário também, eu sinto, uma articulação maior do Ministério do Turismo com o Ministério da Cultura no sentido das ações. E eu vou citar o exemplo dessa portaria nova. A portaria nova destaca, no financiamento desse evento e dos cachês dos artistas, o aspecto de o artista ser conhecido nacionalmente e regionalmente. Isso é fundamental.

No entanto, é preciso agregar a isso um conceito cultural, para que não tenhamos, por exemplo – citarei um exemplo que já foi dito aqui como uma forte marca do Nordeste brasileiro, mas que é um evento que acontece no Brasil inteiro, que é o evento do São João, dos festejos juninos –, a caracterização do São João. Então, não basta que o artista seja conhecido nacionalmente para que ele possa ser contratado para uma festa de São João, que tem determinadas características culturais e que tem também, por isso mesmo, toda uma cadeia produtiva e todo um contexto de movimento cultural próprio, e o artista tem, neste momento, a sua grande possibilidade de trabalho e de realização do seu fazer, que são as músicas de forró, os conhecidos forrozeiros.

Portanto, eu queria só destacar esse aspecto da portaria e a necessidade, no que diz respeito aos eventos e a tudo, porque a cultura é uma matéria-prima do turismo também, e, muitas vezes, o turismo é visto como um inimigo da manutenção das tradições culturais em nosso País. O que é um conceito equivocado, na minha opinião, e que revela uma postura de costas, de políticas públicas feitas de costas entre o Ministério do Turismo e o Ministério da Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Um verdadeiro tratado vai ser a resposta do Ministro às perguntas muito pertinentes da Senadora Lídice da Mata.

Eu queria apenas acrescentar, Ministro, que, em face das realizações de eventos com a participação de cantores, de artistas, não só do Nordeste, mas de todo o Brasil, principalmente no São João, nos pré-carnaval e também nos carnavais, eu queria acrescentar o seguinte: em relação a isso, o Estado de Sergipe – a meu ver – está sofrendo uma espécie de discriminação e preconceito, e isso não é culpa do Ministério do Turismo, uma vez que todos os eventos que foram realizados, durante anos e anos, no Pré-Caju foram aprovados pelo Ministério do Turismo. Ou seja, todos os recursos que foram transferidos lá para uma empresa que organizava esse evento, com a participação do governo do Estado, da prefeitura municipal, todos os recursos tiveram aprovação prévia do Ministério do Turismo. No entanto, o Tribunal de Contas da União, ao avaliar os gastos feitos no Pré-Caju, considerou que aquele era um evento particular. Na realidade, não o é. Trata-se de um evento que tem a participação de camarotes, que são comprados por pessoas que querem ver o evento mais de perto, e também há a compra de abadás – camisas para a distribuição de blocos, em que milhares e milhares de pessoas acompanham aquele evento, a chamada "pipoca". Os trios elétricos percorrem uma grande

avenida, a Avenida Beira-Mar, e o povo acompanha, participando ativamente daquele evento.

Isso aconteceu durante anos e anos. Mas o Tribunal de Contas da União achou que era uma atividade particular, e que essa instituição deveria devolver todo o dinheiro – imaginem! – que foi recebido por essa entidade, que foi repassado pelo Ministério do Turismo.

Há quatro anos o Ministério do Turismo não passa mais recursos para essa instituição. Assim mesmo, ela tem realizado, a duras penas, esse evento, que é um evento pré-carnavalesco, ou seja, é uma prévia carnavalesca, da qual participam mais de 300 mil pessoas por dia, durante sua realização, na cidade de Aracaju e que tem ajuda do governo do Estado, da Prefeitura Municipal de Aracaju e tinha do Ministério do Turismo. Mas, em face dessa decisão do Tribunal de Contas da União, o Ministério do Turismo teve que se afastar desse evento

Agora mesmo, este ano, possivelmente, o Pré-Caju já não vai existir, que era a única pré-carnavalesca que havia na Região Nordeste. Isto é, o turismo sergipano vai ser prejudicado, assim, de frente, o que não acontece, por exemplo, com o carnaval da Bahia, que é uma festa privada e também pública, mais ou menos com o mesmo formato da prévia de Aracaju; e recebe verba do governo do Estado, recebe verba da Prefeitura de Salvador, recebe verba do Ministério do Turismo. Então, há um preconceito contra a prévia de...

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Desculpe-me. Só para esclarecer: o Estado da Bahia, que é quem financia, só financia os blocos de trio que não têm corda, que não têm camisa, são os públicos; nenhum privado recebe verba do governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Mas é um evento... É no mesmo evento.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – A não ser em projeto cultural.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Senadora, no mesmo evento, o governo do Estado financia os blocos que são públicos. É a mesma coisa que acontece lá, no Estado de Sergipe, em que vários e vários blocos que são públicos participam do evento praticamente na mesma hora.

Então, eu acho que deve haver, por parte do Ministério do Turismo, uma interveniência junto ao Tribunal de Contas, visando a reavaliar essa situação de Sergipe, porque é *sui generis*. Quer dizer, o carnaval da Bahia, acabou agora mesmo a nossa Senadora de dizer que tem recurso público, que é realizado no mesmo local, praticamente na mesma hora, e é o carnaval da Bahia, com dinheiro público. Mas, em Sergipe, é proibida uma ajuda do Ministério do Turismo, que já vinha fazendo há anos e anos, e em face...

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Só quero ressaltar o seguinte: do Ministério do Turismo, a Bahia nada recebe; recebe do governo do Estado para os trios do governo. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Correto. Então, no mesmo evento, há recurso público, seja do Ministério do Turismo, do qual não tem, mas tem do governo do Estado, não é?

Então, veja, é uma festa privada e pública. Privada porque têm os camarotes, têm os blocos particulares e também têm os blocos públicos. Coisa semelhante acontece no Estado de Sergipe. Então, eu gostaria que a nossa representante aqui, a Drª Ana Paula Silva da Silva, do Tribunal de Contas da União, verificasse essa situação, que, para o Estado de Sergipe, é de grande prejuízo, porque é uma atração turística, sem dúvida alguma, pois os hotéis ficam cheios, todo mundo ganha dinheiro, o garçom, o restaurante, são os taxistas; os policiais que participam do evento têm uma gratificação, ganham

dinheiro também para garantir a segurança; quem vende comida ao longo do percurso também. Enfim, eu acho que é um prejuízo incomensurável para o Estado de Sergipe, que precisa ser reavaliado.

Eu gostaria de pedir à Drª Ana, porque foi uma decisão do Relator, se não me engano, José Jorge, do Estado de Pernambuco, e eu, como Presidente da Comissão e como sergipano, tenho o dever... O recurso foi aplicado honestamente, tanto que o Ministério do Turismo aprovou, e o Tribunal de Contas da União está dizendo o seguinte: "Você recebeu esse dinheiro do Ministério do Turismo e tem que devolver." Imagine se essa instituição vai ter condições de fazer essa devolução, pelo menos como o Tribunal de Contas... Mas a decisão ainda não é definitiva, ainda há recurso em tramitação, por isso estou concitando aqui a nossa representante do Tribunal de Contas da União para reestudar essa matéria.

Vamos ouvir dois Senadores, para que os demais participantes da Mesa possam responder.

Conto com a presença também do Senador José Pimentel, do Estado do Ceará, que quer participar do debate. Aliás, no Estado do Ceará há um grande potencial turístico, sendo um dos maiores do Nordeste e do Brasil.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, do Estado do Rio Grande do Sul, cujas belezas naturais são apreciadas por todos nós.

Com a palavra a V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Este Brasil é bonito e grande não é, Senador Valadares?

Obrigada, Presidente.

Eu queria cumprimentar, na pessoa do Ministro Vinicius Lages, a Senadora Lídice da Mata, que teve a iniciativa de requerer esta audiência. E, como Senadora, no mesmo caso, a Senadora Lídice é uma combativa Parlamentar e ex-Prefeita de Salvador. E destaco que a Mesa hoje é composta em sua maioria de mulheres, seja do TCU, seja da representações das Secretarias, ou das entidades que representam os agentes do turismo.

Serei muito breve, Presidente – muito breve! Apenas me sobressai, agora que estamos examinando a alteração no Orçamento da União de 2014, a questão dada do superávit primário. E aquilo que o TCU apresentou aqui é preocupante: os restos a pagar, no turismo, de 2012: 84%; de 2013: 92%, ou seja, uma execução mínima – mínima! –, numa área que é estratégica para o País.

E vejo com muito bom grado, aqui, a Senadora Lídice da Mata lembrar que a Emenda da Bancada da Bahia não foi nenhuma delas acolhida para matérias que, eu diria, não são nem partidárias. Quando é da Bancada, todo os Partidos se unem, oposição e governo, todos, para fazer aquilo que é nossa responsabilidade como Parlamentares dos nossos Estados, Senadores e Deputados. E ocorre, da mesma forma, no Rio Grande do Sul.

Então, quero registrar aqui, com a manifestação da Senadora Lídice, com a exposição feita e até em defesa do fortalecimento do próprio Ministério. De que adianta um Ministério tão importante, se não consegue implementar e executar as verbas ou aquilo que foi orçado para o Ministério? Isto é fundamental, a questão executabilidade, dos resultados, da efetividade, é esta a palavra.

E gostaria de manifestar também a necessidade de que orçamento impositivo tenha este valor. É exatamente por isso, para resguardar aquelas matérias. Hoje, com o controle social que temos – seja do Ministério Público, nos Estados, ou do próprio Ministério

Público da União, federal, nosso controle e o controle social das pessoas e da própria mídia, não há como se fazer desvios dos recursos públicos nessas áreas.

Aqui, quando se lembra desse fato de que a Bahia e Sergipe têm critérios diferentes, Senador, na verdade, o compartilhamento está definido na própria Constituição, ou seja, os deveres dos Estados no compartilhamento de políticas públicas. No turismo é uma delas; no meio ambiente é outra, e há tantas outras. Então, alguns Estados têm uma visão mais, digamos, proativa para fazer investimentos, como a Bahia faz.

Então, é ela que vai, dentro da legislação do Estado, fazer as aplicações que pode. Mas um suporte fundamental é do Ministério do Turismo, com os recursos para os centros de convenções, que são agentes; a infraestrutura, de que tanto se falou aqui, em todos os setores e, digamos, o protagonismo maior de Estados e Municípios nesse procedimento.

Queria apenas cumprimentá-los e ressaltar aqui o que foi dito por todas as exposições – lamento não ter conseguido chegar antes, mesmo estando na Casa, tratava de um outro problema, que são os projetos da defesa, no Ministério do Exército. Temos aqui uma agenda, digamos, plural.

E queria cumprimentar o Ministro e também todos os expositores, porque li aqui o resumo do que foi dito em relação a um setor tão importante para o nosso País, especialmente agora, porque, lá no Rio Grande do Sul, há o Natal Luz, que leva milhares de turistas, inclusive, os da Bahia, Senadora Lídice, os de Sergipe, de todo o Nordeste; os aviões são lotados. O Natal Luz é um evento que hoje ganhou, digamos assim, uma relevância internacional na região. E também gostaria, Ministro, de cumprimentá-lo pelo Turismo sem Fronteiras. Quem mora no Rio Grande, que está na fronteira com a Argentina e com o Uruguai, sabe o que isso significa e a importância disso para a integração.

Muito obrigada.

Meus cumprimentos à Senadora Lídice da Mata pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – O Senador Douglas Cintra também deseja fazer uma indagação.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Presidente, quero cumprimentar o Ministro, toda a equipe que fez a apresentação, todos os expositores das Secretarias estaduais ou municipais.

Também gostaria de dizer o seguinte: primeiro, quero agradecer ao presidente pela oportunidade de viabilizar, lá em nossa cidade de Caruaru, o seminário – o senhor já o comentou aqui –, registrando que o turismo tem várias vertentes, como a Secretária muito bem colocou. No nosso caso especialmente, nós temos um turismo de compras, que é muito forte em nossa região. E como o Ministro é próximo da nossa região, ele compreende isso, temos, por exemplo, uma feira para onde vão de 500 até 700 ônibus num único dia para participar desse evento semanalmente, nas cidades de Caruaru, Toritama e Santa Cruz.

O seminário mostrou o quanto o turismo pode estar integrado a uma cadeia ou a uma APL de produção de confecções, e como a gente pode aprender com esse exemplo para levar tantos outros não só para o Nordeste, mas para o nosso País como um todo.

Então deixo essa abertura também junto ao Ministro, para que a gente possa integrar mais o que é turismo com o que é produção.

A nossa região demonstrou, através dessa APL, como a renda da região pode mudar. Nós temos lá, Sr. Ministro, cerca de 26 mil pessoas que colocam uma espécie de bancas ou um local para vender produtos e isso tem uma consequência sobre 150 mil

pessoas que produzem confecções nas suas residências ou em pequenas fábricas. Então é um grande polo que, na verdade, é pouco conhecido fora do Nordeste, mas tem um impacto econômico fundamental para que uma área que é do interior possa se diferenciar como renda e como emprego.

Deixo aqui este meu registro e o agradecimento ao presidente pela viabilização do evento, que trouxe ricas e importantes contribuições para que haja o desenvolvimento da nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Por último, o Senador José Pimentel, para fazer as suas perguntas.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, senhores expositores, nossa Senadora Lídice, nosso Senador de Pernambuco, eu queria começar registrando a importância que tem o setor de serviços na nossa economia, entre eles o nosso turismo.

Ao mesmo tempo registrar que o nosso Governo, atendendo a uma demanda daqui, do Congresso Nacional, e das entidades, encaminhou a medida provisória sobre os aeroportos regionais que é decisiva para desenvolver o turismo, particularmente nas Regiões Norte e Nordeste, em face da inexistência de voos regulares para grande parte das suas cidades turísticas.

Essa medida provisória teve uma participação muito forte da Senadora Lídice da Mata, questionando exatamente a integração das pequenas cidades aos aeroportos que serão feitos e o seu rito. Ali está prevista a recuperação e a construção de 270 aeroportos. É muita coisa!

Nós temos recursos no fundo de investimento para esse setor, e vamos ter um embate muito forte nas questões ambientais para viabilizar a ampliação e a construção desses aeroportos e, ao mesmo tempo, no que diz respeito aos seus custos, porque o Brasil passou um bom período sem fazer investimento em aeroportos e tivemos problemas de condução no aeroporto de Goiânia e no aeroporto de Vitória. Estamos ali, há basicamente dez anos, tentando recuperá-los, mas há divergência por conta de custos, já que a planilha que estamos aplicando é basicamente a planilha de custos da Caixa Econômica Federal para outras obras de infraestrutura. Mas tem outra característica: nós enfrentamos esse debate inicialmente com o DNIT e, após um conjunto de audiências públicas no Congresso Nacional, particularmente aqui no Senado, com a colaboração do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União, construímos uma nova planilha que é acompanhada pelo DNIT.

Estamos enfrentando a mesma coisa agora nas refinarias de petróleo. Nós tínhamos construído a última refinaria na Bahia, da nossa Senadora Lídice, nos anos 70. De lá para cá, não tínhamos feito mais nenhuma refinaria. Estamos entregando a refinaria de Pernambuco, do nosso Senador aqui presente, com muitos questionamentos, porque os custos de infraestrutura nessas áreas são diferentes do da construção de uma rodovia. E a planilha com que as entidades controladoras trabalham é a mesma. E agora vamos iniciar a Premium I e a Premium II, no Maranhão e no Ceará.

E nós precisamos, Sr. Presidente, Senadoras e Senadores, também construir uma outra planilha de custos, para evitar os problemas que tivemos em Abreu e Lima, porque é outra realidade. O debate que está se dando nas audiências públicas, nas CPIs, nos vários órgãos é de que a ANP seja a gestora dessa planilha de custos, como fizemos com o DNIT, como forma de diminuir o tempo de construção e os custos que isso representa.

Como nós vamos fazer 270 aeroportos, e eu sei que a ANAC e o Governo já estão com mais ou menos 200 propostas de construção e ampliação prontas, não tenho dúvidas de que vamos ter muitos problemas de como o nosso Ministério do Turismo, o nosso TCU, as entidades de controle estão vendo isso, para evitar o que nós fizemos com Goiânia e Vitória. Ali, todos têm razão, porque as planilhas de custo para esse setor tinham uma realidade, mas só que não dão conta da nossa demanda. E nós temos 270 aeroportos identificados, definidos para recuperá-los e construir novos aeroportos.

Nós resolvemos a questão do subsídio nas rotas. A nossa Senadora – volto a registrar –, ontem, ajudou muito nesse debate. Estamos reservando 30% do fundo para custeio.

Dados que temos sobre o que nós fizemos de voos em 2013 nesse setor, que são os aeroportos que têm até 600 mil passageiros/ano, indicam algo em torno de R$340 milhões. Essa diferença para R$1,2 bilhão no montante que há no fundo hoje, seriam destinados a passageiros novos e aeroportos novos. É evidente que, em 2015, essa demanda não vai estar presente na sua totalidade. Nós vamos já ter o incremento, mas temos uma margem muito grande para atender.

Tivemos o cuidado de ter alguns contrapesos para evitar que alguns aeroportos fossem mais privilegiados em relação a outros. Estamos colocando um determinado tamanho de aeronave, para evitar que as grandes aeronaves possam penetrar nesse setor, e, ao mesmo tempo, limitando a 50% das vagas dessa aeronave e com um teto de 60 lugares. Ou seja, nenhuma aeronave terá mais do que 60 lugares subsidiados.

Estou fazendo essa ponderação porque nós deveremos votar hoje, na Câmara Federal, e na próxima quarta-feira, no Senado Federal, e já vai para a sanção .

Há um item que a nossa Senadora Lídice da Mata questionou muito ontem, que é questão da abertura do capital.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – *Fora do microfone*.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Mas nós estamos construindo um entendimento para retirar, na Câmara, e, em seguida, termos um tratamento específico sobre a abertura de capital, com um procedimento legislativo específico, exatamente para não dificultar a sua tramitação. Portanto, nobre Senadora, a senhora fez todo o levantamento ontem, recebeu uma série de subsídio. Não é contra, quer mais dados, mais segurança para poder deliberar.

Em face disso, para não haver nenhum prejuízo, Sr. Presidente, nós estamos fazendo um acordo de procedimento na Câmara Federal, para ser retirado esse artigo, e, quando chegar ao Senado, já está mais ou menos construído o entendimento. Portanto, há muito mais preocupações para 2015, por conta dessa demanda, que tem impacto direto no nosso turismo, em especial no nosso Tribunal de Contas da União, que é o nosso órgão controlador, e na nossa CGU.

Que possamos destravar esse processo. Queremos iniciar 2015 com 200 aeroportos, desses 270, já sendo licitados e, consequentemente, tão logo conclua o seu processo, à sua execução.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Agradeço, Senador.

Agora, passemos às respostas, que serão dadas pelo Ministro e demais participantes desta Mesa.

Se for possível, gostaríamos de determinar um tempo, aqui, uma vez que os Senadores terão que cumprir outras tarefas, inclusive a CCJ está esperando pelo nosso

voto e nossa participação. Acredito, Sr. Ministro, que dez minutos está de bom tamanho para a resposta. Lógico que, com relação à Senadora Lídice da Mata, pode-se exigir até um tratado para responder as perguntas de S. Exª, porque realmente foram muito boas.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Como nossa, para constar do relatório, o Ministro, se quiser, pode, posteriormente, responder por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Entrar em mais detalhes, com mais detalhes.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – E fazer por escrito um documento, que nós incorporaremos ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Muito bem.

Obrigado.

Sr. Ministro com a palavra.

O SR. VINICIUS NOBRE LAGES – Obrigado, Presidente.

Eu queria pedir também a permissão... Primeiro, eu queria agradecer aqui as distintas contribuições da Mesa e a este importante debate que nos é permitido por este requerimento da Senadora Lídice da Mata e acolhido aqui pelo Presidente desta importante Comissão. Acho que estamos em um momento muito oportuno para discutir várias dessas questões. O Presidente Augusto Nardes apontou aqui a necessidade de termos, para uma melhor gestão pública, planejamento, estabelecimento de metas e diretrizes, o que nos vão assegurar efetivamente uma melhor alocação de recursos, de pessoas, dos instrumentos, e isso só é feito se houver essa coerência entre planejamento e execução.

Eu queria começar, rapidamente, sem dúvida, comentando esse último destaque feito pelo Senador José Pimentel, um parceiro de longa data – eu que venho do Sebrae, o Senador foi sempre um membro da nossa bancada e nos ajudou muito a avançar na legislação da micro e pequena empresa. O Senador traz essa importante contribuição que a medida provisória vai dar para a ampliação desse que é um desafio de um País continental de se manter mais coeso do ponto de vista da sua integração aeroportuária, da ligação de voos. Isso nos leva a um desafio muito grande, que é o de estruturar, apoiar nesses novos aeroportos os serviços e a hospitalidade que aí precisa ser desenvolvida. Em todos esses aeroportos, certamente já são parte dos estudos, têm demandas quer seja de negócio – é um Brasil que cresce a taxas chinesas no interior de Goiás, interior de Mato Grosso do Sul, em diferentes partes do Brasil, nós temos polos econômicos dinâmicos, e esses aeroportos vêm ajudar, para além do turismo, a dinâmica econômica regional que este Brasil está vivendo, e isso é muito bom.

Então, o turismo vê efetivamente, Senador Douglas Cintra, essa integração necessária entre atividade dos serviços turísticos com os demais vetores da economia. Portanto, esses aeroportos vão poder criar essa convergência entre o desenvolvimento do turismo e o desenvolvimento das demais economias. Quem vai para fazer negócio termina tendo a possibilidade e fruição dos serviços turísticos que ali existem.

Então, estaremos trabalhando atentamente, Senador Pimentel, para poder acompanhar o cronograma de implantação desses aeroportos e aí apoiar os serviços turísticos.

Temos conversado com as grandes companhias aéreas nacionais interessadas nessa expansão aeroportuária, para que nós possamos, junto com eles, fazer um *check-list* daquilo que são os serviços fundamentais para esse entorno dos aeroportos – hotéis, bares, restaurantes, enfim, serviços de traslado, etc..

O comentário que a Senadora Ana Amélia faz – eu acabo de chegar de Gramado, de Canela, de Sapiranga, terra do nosso Deputado Renato Molling, que preside

a Comissão de Turismo, e vi que, quando se tem uma boa combinação entre um projeto que foi aprovado no âmbito das emendas ou mesmo do esforço programático do Ministério e a boa gestão pública, no sentido de tirar as cláusulas suspensivas, esses projetos andam numa velocidade muito grande. E eu fico muito feliz de ver, em vários Municípios – recentemente Nova Friburgo, no Rio de Janeiro –, Municípios que têm escritórios de projetos e que acompanham, com uma competência muito grande, o desenvolvimento dessas obras. Infelizmente, nem sempre as obras estão ligadas a Secretarias de Turismo, e sim a outras Secretarias, e isso leva a um descasamento. Mas é uma preocupação do Secretário Neusvaldo Lima, aqui, Senadora Lídice da Mata, de nós termos nesse banco de projetos – que volto a comentar muito rapidamente – um processo de preparação, finalmente, sistemática da gestão pública municipal e estadual, para que eles possam não apenas ter condições de aprimorar sua capacidade de elaboração de projetos, mas também, tempestivamente, cumprir os prazos e, aí, termos obras com um ciclo de vida menor do que os quatro, cinco anos que temos hoje no Ministério.

E observem que o nosso Ministério tem um ciclo de vida médio de obras melhor do que outros ministérios, que têm até 20 anos, 25 anos de execução de obras. Nós temos uma média de quatro, cinco anos, o que já é um bom esforço, mas era objetivo nosso, a partir de uma melhor inteligência de gestão, acelerar esse processo.

O Secretário Neusvaldo, com a equipe da assessoria parlamentar e das outras secretarias, tem ido aos Estados e Municípios trabalhar diretamente com os secretários dos Municípios de Infraestrutura e de Turismo, para podermos avançar ainda mais. É muito ruim ver Estados que têm milhões que foram empenhados apenas uma taxa tão baixa de efetiva execução.

Do ponto de vista das questões aqui apresentadas pelo Senador Douglas Cintra, eu absolutamente me inscrevo junto daqueles que, como já mencionei, acreditam que o turismo tem que sair desse isolamento, tem que fazer parte, como a Senadora Lídice da Mata colocou, da agenda econômica do Brasil. E, somente se ele souber se integrar ao tecido econômico, a essas dinâmicas dos polos econômicos, dos arranjos produtivos, ele vai efetivamente ganhar o peso que tem.

Endereçando-me aos quatro pontos que mereciam, efetivamente, um tempo maior, em respeito a esta Comissão e à Senadora, eu me comprometo a enviá-los em mais detalhes. Mas com relação aos indicadores, por exemplo, que fazem com que, finalmente, tenhamos uma análise do PIB verdadeiro do turismo, estamos realizando agora, em Maceió, no dia 27, o primeiro encontro de Observatórios de Turismo do Brasil. E eu gostaria de convidá-la, Senadora, para que ao menos algum representante aqui desta Comissão possa estar presente. Vamos ver experiências que estão sendo já conduzidas no Rio Grande do Sul, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em outros Estados, para que tenhamos, finalmente, indicadores críveis e que possam fazer essa análise, que a senhora bem apontou, da interligação entre o turismo e outros setores da economia.

Esse ponto que a senhora levantou da taxação isonômica de bens de consumo para o setor de turismo, ela é absolutamente inapropriada, porque um hotel, quando compra ar-condicionado, não o compra para refrigerar o dono do hotel; ele o compra por ser um bem de capital; assim como uma locadora de automóveis quando adquire automóveis, quando adquire imóveis, o serviço de arquitetura. Portanto, um tratamento diferenciado como bem de capital, e não como bem de serviço, é absolutamente fundamental. Mas só essa análise que a senhora aponta é que vai nos dar, finalmente, uma robustez. Estive, recentemente, com o Ministro Mauro Borges, do MDIC, tratando desse tema.

Do ponto de vista da continuidade administrativa, o que temos? No Ministério – posso apontar, e a minha equipe esteve aqui mostrando –, trabalhamos com o PPA, obviamente, como os demais, mas temos um Plano Nacional de Turismo, que é pactuado com o setor econômico, é um *trade* privado, que faz parte do nosso Conselho, e estabelecemos, em função de projeções, as metas que nos movimentam na direção de aumentar fluxo turístico, de aumentar os investimentos, de aumentar essa oferta, a diversificação da oferta turística. Mas trabalhamos também com esses planos de ação rebatendo na equipe do Ministério.

Agora, a continuidade administrativa, ainda que tenhamos diretrizes que perpassam os gestores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VINICIUS NOBRE LAGES – ... temos um processo de busca de novos servidores, porque o Ministério perdeu mais de 120 servidores nos últimos três anos pelo menos. Nós fizemos processo seletivo, fizemos concurso, recuperamos 57 este ano, mas isso é insuficiente diante dos desafios que temos. O próprio presidente Augusto Nardes colocou aqui – eu calculava em torno de 37% – que 40% hoje da nossa força de trabalho estão exatamente na prevenção, exatamente para tornar-se adimplente com relação às medidas de controle, à melhor gestão pública, e não na linha de frente, trabalhando efetivamente, produzindo turismo, na articulação de ponta.

Isso é absolutamente fundamental. Vivemos um momento de transição da gestão pública. Era preciso fazer esse ajuste, efetivamente, mas temos que imaginar que nós não podemos ter um custo tão grande de pessoas dedicadas unicamente aos processos internos para nos tornarmos absolutamente blindados do ponto de vista do controle externo. Estamos felizes, porque o Ministério é reconhecido, sim, hoje, e com o apoio do TCU e da CGU fomos capazes de implantar normas, procedimentos, de definir equipes, sistemas que nos permitem um controle muito mais eficiente e absolutamente alinhado com o que os acórdãos do TCU nos recomenda.

Estamos tentando profissionalizar. O Ministério não tem, Senadora Lídice da Mata, uma carreira específica, nós temos uma carreira genérica. O Secretário Neusvaldo Lima, por exemplo, que é da Secretaria responsável por quase 80% do orçamento do Ministério, já que infraestrutura está sob a responsabilidade dele, sempre defendeu, e nós estamos encaminhando para a Ministra Miriam Belchior, a necessidade de termos um analista de infraestrutura turística. Nós precisamos ter alguém com a capacidade de planejar a infraestrutura turística, de analisar esses projetos, de poder acompanhar mais de perto, junto com os proponentes, essa implementação, melhorar a nossa capacidade também de supervisionar.

O Ministério não fiscaliza, é feito através - nem a própria Caixa – do contratante, do Estado e do Município. Mas nós temos a responsabilidade de fazer também por amostragem, obras importantes, 80/20 do volume das obras, um processo mais criterioso de análise; e são questões muito próprias da engenharia e se não tivermos carreiras especificas no Ministério, nós teremos, efetivamente, um prejuízo no acompanhamento dessas obras,

Portanto, do ponto de vista da continuidade, nós estamos trabalhando para ampliar o quadro, para qualificar, investindo num plano de carreira interno, numa curva de aprendizagem interna também, para que eles possam ter, muito brevemente, uma formação à altura.

Nem todos que passam nos concursos são ligados à área do turismo, a gente tem que passar por um processo de formação para entender o que esse setor efetivamente.

Como é que avaliamos os resultados do programa de infraestrutura? Essa foi uma pergunta que fiz ao Secretário Neusvaldo logo que cheguei, em março, diante desse volume de obras. Como é que a gente avalia o impacto disso? Qual é o fluxo gerado a partir de uma implantação, de uma pavimentação de uma obra, de uma escadaria, de um terminal rodoviário, de um porto, de uma ponte?

Então, nós estamos estabelecendo um processo agora, de, inclusive, na própria proposição do projeto, nós termos essa relação de causa e efeito. Porque nós temos lá proposições, todas elas absolutamente pertinentes, do ponto de vista da melhoria do acesso, da melhoria da acessibilidade, inclusive, para portadores de necessidades especiais, necessidade de se ter um centro de atendimento, mas em quê, efetivamente, isso aumentou, do ponto de vista de fluxo, da atração de turistas e da qualidade de serviços?

Esse é um componente a mais que o Secretário tem como desafio de estabelecer como relatório para que inclusive nós, preventivamente, porque é uma questão que eles já estão cada vez perguntando. Não é apenas se foi bem executado, se o asfalto está lá, mas se, efetivamente, atendeu, está gerando fluxo ou ela é uma obra absolutamente fantasiosa e desnecessária?

Esse é um esforço grande. Nós temos hoje, eu gostaria muito, mas a gente não tem tempo, de apresentar um sistema inteligente de localização dessas obras, ou a gente pode entrar no sistema georreferenciado, localizar as obras e fazer uma análise junto com o setor público e ajudar inclusive a alocação de emendas, para dizer: "Olha, já existe algo desse tipo. Não vamos fazer um pórtico gótico em Parati porque isso talvez vá ferir a integridade paisagística desse destino".

Então, avançamos nessa direção, mas prometo detalhar como nós estamos vendo essa questão da avaliação dos resultados efetivos do investimento em infraestrutura.

Essa pauta do setor que a senhora apontou e a compreensão da importância do turismo, eu considero que essa talvez seja a principal questão que a senhora nos traz, porque eu já tinha ouvido o comentário das outras reuniões; por que o turismo, pela importância que tem para a economia brasileira, e se nós inclusive aumentarmos essas contas, fazendo a conta satélite, mostrando que turismo é, sem dúvida, hoje, para o futuro, o vetor de crescimento econômico. Talvez o que possa fazer, como a agricultura, nas últimas três décadas, tem a maior taxa de crescimento, gerando empregos, divisas, e renda para os brasileiros.

Como é que podemos sair de uma situação de um orçamento que tem sofrido cortes, a Ministra Miriam Belchior, ontem, apresentou o orçamento, a senhora deve ter visto, aponta uma redução do nosso orçamento, mas nós estamos tentando dar nó em pingo de água, enquanto entendermos que vivemos um período em que temos que fazer ajustes com o orçamento que temos.

Acreditamos que a punção por busca de emendas deve ser repensada dentro de uma ação mais inteligente e que possa ampliar inclusive essa aplicação. Por isso que estamos apresentando essas contribuições, para que a gente possa, não apenas ter o foco na infraestrutura, mas em outros setores que são estruturantes da ação do turismo.

Eu gostaria muito de poder ter uma emenda voltada para a qualificação turística. Eu gostaria muito de ter emendas estruturantes para que possamos reforçar o orçamento da Embratur.

Temos, ao longo do tempo, uma variação muito grande do orçamento da Embratur em termos absolutos, em reais, mas também em termos de dólar, o que limita a capacidade da agência de fazer essa promoção devida. É absolutamente pertinente, a

senhora tem toda a razão, que possamos ter emendas que reforcem ações que são fundamentais também para a estruturação do Brasil, como destino turístico global, e potencializa esse mercado interno que temos.

Estive, recentemente, com o Deputado Renato Molling, falando sobre esse tema; estarei também aqui na Comissão, para que possamos ter esse apoio de vocês nessa direção.

A agenda econômica tem uma dificuldade não apenas com o turismo, é com a economia de serviços como um todo. Serviços é um dos setores mais difíceis de ser entendido, porque ele não produz coisas. O processo de produção do serviço se dá no momento simultâneo ao consumo. Então é algo muito intangível, abstrato. Ainda há essas questões que a Secretária Cláudia Pessoa aponta, que tenho levantado Brasil afora, que ele é visto como algo lúdico, de entretenimento, da brincadeira, ninguém olha por trás, *backstage*, por trás das cortinas. Tenho estimulado jornalistas, quando ando por aí afora participando de eventos e indo nos equipamentos turísticos, para ir atrás das cortinas, para vermos o investimento em mecatrônica, em segurança, em reciclagem de água, em gestão da energia, enfim, nos equipamentos que estão ali à disposição do turista.

Vemos uma rampa e pensa que é uma brincadeira, quando vemos o Beach Park, você não sabe quantos milhões de dólares têm de investimento, de profissionalismo, de atendimento às normas internacionais; só conseguiremos, primeiro, com essa voz absolutamente parceira e importante do Parlamento brasileiro, do Congresso brasileiro e de Senadores como a senhora e os demais aqui que se posicionaram em favor do turismo. Mas, se nós do Ministério do Turismo também soubermos – e, inclusive, nesse momento em que temos conseguido os atestados de boa conduta dos órgãos de controle de que estamos numa boa direção na gestão dos recursos – pleitear o orçamento do tamanho do Brasil turístico.

O Brasil turístico pode ter um recurso, o Ministério do Turismo pode ter um recurso muito maior do que temos e, é o meu diálogo com a Presidenta Dilma Rousseff, que entende a importância do setor; a Presidenta acompanhou de perto, quando eu assumi o Ministério, ela recomendava a atenção ao período da Copa, que era desafiador. E, mesmo agora no período pós-Copa, ela entende que podemos ter, no turismo, um grande vetor de promoção do Brasil, e não apenas para que turistas venham para cá, mas que talentos venham ao Brasil, que negócios venham ao Brasil. Quanto melhor for o Brasil para os turistas, melhor ele poderá ser também para os seus cidadãos e para aqueles que queiram aqui investir.

Então, aposto muito nisso.

Agradeço mais uma vez, ao Senador Valadares, à Senadora, e me comprometo a fazer o encaminhamento dessas respostas com toda a substância que as suas questões requerem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Ministro, eu gostaria de saber: com referência à portaria sobre eventos, é a Portaria nº 270 a mais nova?

O SR. VINICIUS NOBRE LAGES – Vamos lá.

O Secretário Vinicius Lummertz esteve envolvido diretamente na feitura dessa nova fase. Era muito importante esse tema, porque, primeiro, quando cheguei ao Ministério, o Ministério ainda estava acabando de elaborar um calendário turístico brasileiro, nós passamos ilesos por esse período de onze anos sem ter um calendário turístico brasileiro, Senadora. Não sabemos, caro Domingos Leonelli, o que acontece no Brasil de 1º de janeiro a 31 de dezembro, do ponto de vista das pulsões da nossa cultura, da

religião, do Parintins, do forró, enfim, de tudo que acontece no Brasil. Sem ter esse mapa e sem ter um estudo aprofundado da importância dos eventos religiosos, turísticos, de negócio, para a economia regional e do País, tivemos presos a uma preocupação defensiva em relação a eventos, evento ficou algo pecaminoso, um tabu dentro do Ministério, porque foi gerada uma série de problemas de implementação, nós tivemos a coragem de rever e dizer: "Não, não vamos continuar pagando banheiro químico". Para mim, envergonha-me ver um Ministério em torno de um evento que paga só o banheiro químico. Sem nenhum problema, o banheiro químico viabiliza inclusive o evento, mas não temos a coragem de enfrentar isso que, como os senhores apontaram, é um vetor, sem dúvida, de dinamismo inclusive cultural, por isso que estamos iniciando agora com um processo de cadastro de artistas conhecidos, para poder estabelecermos um critério dos artistas emergentes.

Eu quero poder apoiar o desenvolvimento de novos talentos, que possam ser apoiados por esses talentos consolidados e não apenas fazer com que uma máquina que já gira e que ganha muito dinheiro de celebridades do mundo artístico possa se perpetuar nesse mercado.

Eu quero ver os talentos emergentes do forró, de Parintins, enfim, de diversos ritmos do País afora participando desses investimentos. Nós temos essa nova portaria. Se me permite uma rápida contribuição aqui do Secretário Lummertz, que esteve à frente dessa revisão para destacar a importância dos eventos para o desenvolvimento do turismo e do País.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Doutor Vinícius com a palavra.

O SR. VINICIUS LUMMERTZ – Obrigado Senador.

Obrigado Ministro.

Esta Portaria nº 270 atende a um clamor do Congresso, do Senado, porque a relação anterior – SEDTUR, Fornatur, dos vários parceiros que entendem a importância dos eventos na divulgação do turismo no Brasil – havia consenso. A dificuldade era voltar para uma área conflagrada. E se construiu isso com todos os cuidados mediante elementos que estão nesta portaria que eliminam os problemas anteriores. Eu não vou entrar aqui em quais são cada um desses problemas, mas eles foram – e a portaria está aqui na minha frente – eliminados, eles foram retirados. Como apenas um exemplo, a título de observação, que eram os intermediários. Agora o diploma tem que ser feito pelo agente comprovado, legal, inscrito no Ministério do representante único e legal daquela banda, ou daquele cachê.

Além disso, nesta portaria, nós estamos também prevendo 30% para a divulgação em rádio e televisão, jornal e revista. Por quê? Porque nós não queremos – a Drª Ana está aqui, é a nossa parceira do outro lado do balcão, não é? –, aqui, também nos implicar novamente em questões complicadas como, por exemplo, *outdoor* que precisa ser medido tanto quanto banheiro, tanto quanto palco, tanto quanto essas unidades de infraestrutura que têm preços diferentes no Brasil e em alguns casos comportamentos cartelizados, em algumas regiões, são difíceis de detectar. Um palco para ser colocado no interior do Amazonas, paradoxalmente, pode custar o dobro de um palco colocado em São Paulo. Então, nós tiramos essa parte. Então, o modelo hoje, resumidamente, está no sentido de divulgar as atrações que trazem turismo. Regionais também serão incluídos.

É verdade que nós não estamos pegando lá embaixo, como o Ministro deseja, como nós desejamos, nessa primeira fase. Mas aquelas bandas que trazem pessoas de uma cidade ou de um conjunto de cidades para outra, e forem regionais, forem São João, vão entrar nesse cadastro, porque elas têm poder de mobilização turística e o turismo aqui

definido como deslocar pessoas que vão a algum lugar, durante algum tempo, preferencialmente se hospedando, senão excursionista.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – E o limite, o montante do gasto por evento?

O SR. VINICIUS LUMMERTZ – O limite de R$200 mil para o topo de cada atração, porque nós não queremos limitar uma emenda, mas estamos limitando um valor até...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Por evento realizado, não é?

O SR. VINICIUS LUMMERTZ – Não, por atração.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Por atração.

O SR. VINICIUS LUMMERTZ – Se quiser fazer uma emenda grande, para um grande evento e botar muitas atrações, essas atrações poderão receber até R$200 mil cada uma. Então, há uma tabela das proporções, de acordo com as notas fiscais cobradas, catalogadas, que estarão lá registradas, ou seja, outro cuidado.

Além disso, como eu disse, a divulgação. Está no forno, uma outra portaria – uma reunião inclusive hoje à tarde, vai ocorrer hoje à tarde para finalização – apenas de divulgação de eventos, além destes 30%, separado, porque, para a promoção do evento, é atendido por outra área no Ministério, que é a área de *marketing*, porque nós estamos aqui na área de eventos, vamos dizer assim. Então, para atender uma questão interna nossa, de análise, haverá um outra que estará além dos 30%. Portanto, uma emenda poderá ser feita exclusivamente, futuramente, ainda não, proximamente, assim que o Ministro, e, já autorizou a sua análise, possa fazer uma promoção maior...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Dr. Vinicius, permita-me.

O SR. VINICIUS LUMMERTZ – Vamos fazer uma promoção maior, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – O grande problema, a grande questão se refere ao preço do cachê, ao custo do cachê. Isso tem suscitado por parte da mídia e também dos tribunais algumas avaliações negativas quanto ao valor a ser pago ao artista.

Vamos supor que uma grande banda da Bahia, num evento carnavalesco, cobra lá, em Salvador, suponhamos, R$300 mil para se apresentar naquele evento. Mas vai a uma cidade do interior e cobra R$350 mil, a mesma banda. Eu não estou especificando qual, mas existe essa diferenciação e essa distorção.

O SR. VINICIUS NOBRE LAGES – Por isso nosso teto de R$200.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – E a mídia é muito, vamos dizer assim, presente nessa questão como também os Tribunais de Contas. Então o que o senhor tem a dizer para prevenir essa distorção?

O SR. VINICIUS LUMMERTZ – Bom a prevenção está no cadastramento de todas essas bandas, esses grupos com suas respectivas notas fiscais, mas, sobretudo, no limite de até R$200 mil no topo. Significa dizer que havendo uma variação, por exemplo, numa época como *réveillon* ou carnaval, em que há uma ampliação, mesmo comprovada por notas que naquela época se cobra por conta da demanda, nós ficaremos no nosso limite, que poderá, então, ser complementado ou não pelo agente local ou por variações de parcerias locais. Mas o Ministério, com isso, se blindou desse risco de variação superior ao conjunto da média das suas notas fiscais e no limite em cima.

Então, volto a dizer que mais 30% em mídia no caso do evento e uma nova portaria sendo desenhada apenas para a promoção. Ou seja, o carnaval não quer saber disso aqui, ele quer saber só de promoção; haverá uma outra então correspondente a emendas para promoção. De novo: estamos evitando que sejam promoções difíceis de mensurar. Estamos trabalhando com aquelas cujos planos de mídia são de papel, no bom sentido da palavra, que não precisemos ir *in locu*, porque o problema hoje é a verificação *in loco.* Por o problema, hoje, é a verificação, *in loco*, pelo Ministério, muitas vezes num lugar muito distante de um grande centro, no Nordeste ou no Sul do Brasil, onde o fiscal se obriga a ir medir tecnicamente um palco, medir, contar o número de banheiros químicos. Então, além de ser uma coisa ilógica, mas ela respondia a um funil que se criou pelos problemas causados nas práticas anteriores, que saíram de controle.

Então, espera-se que dessa forma as precauções todas sendo tomadas se possa pilotar isso com todo o cuidado, para que esse grande benefício do Brasil, que tem milhares e milhares de eventos, possa ser cada vez mais indutor do turismo brasileiro e, como foi dito aqui, em casos muito especiais, do turismo internacional porque eles têm potencial para isso. Eu vou dar apenas dois exemplos. Um Círio de Nazaré, que é uma festividade de caráter religioso, se ela estivesse ocorrendo em Fátima ou em Lourdes talvez fosse um produto turístico internacional mais forte do que o é no Brasil, não é? Ou os 13 ou 14 milhões, apenas citando o turismo religioso, de pessoas que vão a Aparecida, que nós vamos visitar agora proximamente, que é um bom produto nacional, já criou hotelaria, criou todo um receptivo importante, mas nós não conseguimos ainda transformar, como nós estamos trabalhando agora o São João.

Então tem uma escala muito importante que os eventos, por meio dessa portaria, poderão significar como capitalização desses eventos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Muito bem.

Antes de encerrarmos,...

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Pois não, Senadora.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Antes de encerrar eu queria que V. Exª me permitisse fazer uma observação para anunciar a votação do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Claro. V. Exª vai encerrar a reunião, para a nossa honra.

A Drª Oreni Braga, Presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo pediu-me cinco minutos.

A SRª ORENI CAMPÊLO BRAGA DA SILVA – Presidente, eu queria só agradecer mais uma vez o convite ao Fornatur e ressaltar que Fornatur é um parceiro que atua diretamente junto ao Ministério do Turismo. Reforçar aqui, mais uma vez, a parceria, a vontade de fazer. Deixar também o Fórum Nacional de Secretários à disposição deste Senado, desta Comissão para que a gente possa também interagir e trabalhar conjuntamente.

Quero dizer, para concluir, que a Copa do Mundo foi um excelente termômetro para mostrar para o Brasil, o Brasil que trabalha as políticas públicas, o Brasil que constitui todo esse universo de legalização e de leis etc. e tal, mas o Brasil também da ponta que fez acontecer, porque ressalto aqui que não foi o agricultor que atendeu no hotel, não foi o industrial da indústria de manufatura que vendeu pacote, não foi o produtor do setor agrícola que recebeu numa aeronave ou num barco turístico, quem fez tudo isso foi o cidadão que trabalha na atividade turística. É aquele que fez com que o Brasil fosse um

País de excelente receptividade. Portanto, acho que a Copa do Mundo nos demonstrou que somos capazes, sim, basta que nós definamos o que queremos, qual é o nosso norte, qual é o nosso pacto, o que queremos para o turismo brasileiro.

Acho que, mais do que nunca, os brasileiros já demonstraram que, além da sua alegria, da sua diversidade cultural, deste País maravilhoso que, quando a gente chega lá fora, as pessoas quando falam "Brasil" dão um sorriso que vai de orelha a orelha e ficam no sentimento de "eu quero conhecer" e acho que é um momento importante.

No restabelecimento de todas essas discussões eu vejo o avanço extraordinário dessa portaria e, aqui, Ministro, eu agradeço em nome do Fornatur a sua sensibilidade e à da sua equipe de se voltar realmente para essas necessidades dos Estados, dos Municípios. Vejo o trabalho importante do Parlamento e, aqui, quero parabenizar esta Comissão e o Parlamento na pessoa da Senadora Lídice, que tem sido uma guerreira, tem estado junto, dia a dia nessas discussões e deixar, mais uma vez, o nosso Fórum de Secretário Estadual à disposição de todos os senhores. Contem conosco.

Os Estados brasileiros estão irmanados para fazer com que o Brasil, realmente, possa avançar nessas próximas décadas e fazer do Brasil não só um dos melhores destinos turísticos mundiais, mas quiçá o melhor destino para se viver um turismo de sonhos como é o do nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Infelizmente, Senadora Lídice, eu tenho que votar na CDH. Sou o Relator de projeto. Mas a senhora pode verificar que há número. Então, a senhora poderia pedir ao Senador Douglas para presidir a reunião enquanto me ausento.

A Drª Ana e também a Drª Cláudia pediram a palavra por cinco minutos.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB - BA) – Senador Valadares, só queria, antes de V. Exª se retirar, agradecer toda a sua paciência, a sua disposição em conduzir os trabalhos nessas duas reuniões, mesmo cheio de outras tarefas que V. Exª também tem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB - SE) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB - BA) – Daqui a pouco estarei na CDH, porque também estou sendo pressionada.

Obrigada. *(Pausa.)*

Concedo a palavra a Srª Cláudia.

A SRª CLÁUDIA CRISTINA PESSOA – Prezado Senadora, propositora da audiência, caríssima Lídice da Mata, meu Ministro, Ana Paula, Oreni, é com muita satisfação que representei aqui os Municípios turísticos brasileiros.

Como eu disse, nós já fizemos a ampliação estatutária de estarmos aí no universo muito mais representativo, em que pese – já respondendo à pergunta da Senadora – os mais de 3 mil Municípios, com certeza, não estarão reunidos em uma entidade só. A categorização nos dará, sim, a possibilidade de vermos quem está com a musculatura mais forte ou aquele que precisa de um trabalho de base mais eficaz, mas o que nos interessa é que tenhamos esse "Brasilzão" com tanto a oferecer, com mais oportunidades para os brasileiros, para as pessoas de bem querendo oportunidade exclusivamente de trabalho, de renda e de melhoria para as suas famílias.

Então, eu reafirmo o compromisso da Anseditur nessa pauta propositiva do turismo brasileiro não somente hoje, mas nas ações em que os senhores precisarem ao longo dos trabalhos desta Câmara Legislativa.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB - BA) – Concedo a palavra à Srª Oreni, por dois minutos.

A SRª ORENI CAMPÊLO BRAGA DA SILVA – Também quero agradecer a oportunidade, ao convite da Senadora Lídice para participar deste debate.

Algumas perguntas que me foram dirigidas, eu vou tentar respondê-las rapidamente.

Em relação a algumas propostas para o Senado para melhorar a capacidade de os Municípios fazerem projetos, realmente eu não tenha uma resposta única e pronta, pois é preciso uma reflexão maior. Mas a ideia do Banco de Projetos é muito interessante em priorizar os Municípios e os Estados que já têm esse amadurecimento e projetos já avaliados, isso daria celeridade na questão da execução, porque, realmente, aí não depende de ação direta do ministério.

Que esses projetos também pensem nos resultados; que o projeto seja inserido em um plano de desenvolvimento de turismo do Município ou do Estado, porque avaliar resultado, *a posteriori*, sem ter sido pensado isso no início do projeto é mais difícil. Às vezes, a gente busca resultado que sequer foi pensado. "Qual é o objetivo que eu tenho com esse projeto além de realizar esse evento?"

Então, isso é algo que temos que começar a incorporar na cultura do turismo e na profissionalização realmente do setor, a senhora usou a palavra adequada: a profissionalização do setor.

Em relação à atuação do órgão de controle, que acabou dando essa pausa do ministério em relação à promoção de eventos, foi necessário, porque, às vezes, o órgão de controle não é tão bem-compreendido, mas foi por conta de um momento anterior, existiram motivos; a agente tem vários trabalhos com as causas, que não vem ao caso serem mencionados, mas essa pausa do ministério foi importante para repensar, amadurecer e, aí, pensar em uma outra solução para apoiar a questão da promoção dos eventos.

Então, o tribunal tem alguns entendimento em relação a cachê, à carta de exclusividade; o Ministério conhece e está tentando solucionar, como o Vinicius comentou.

Então, é isso! Da minha parte, coloco-me à disposição também.

A Secretaria do Desenvolvimento Econômico cuida também da parte de política de desenvolvimento regional. Vemos que a política do turismo também está inserida neste contexto, portanto, estamos às ordens para outras oportunidades.

O SR. PRESIDENTE (Douglas Cintra. Bloco União e Força/PTB - PE) – Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sr. Presidente, muito rapidamente, apenas para dar conhecimento a V. Exª e aos demais Senadores, na medida em que estamos também divulgando para a Casa que a nossa ideia é apresentar o relatório no dia 3 para conhecimento de S. Exªs e ir para a votação no dia 10. É claro que isso é uma proposta de cronograma que a Secretária está propondo e que a Presidência da Casa deve tentar viabilizar. Estamos, principalmente, preocupados porque a partir do dia 15 fica muito difícil a realização de reunião com caráter deliberativo das nossas Comissões.

Por isso insisti em fazer hoje esse registro para que já fique registrado também na ata da reunião.

Muito obrigada.

E, mais uma vez, agradecer a todos vocês que ajudaram, de forma decisiva. Quero também reafirmar o compromisso da nossa Comissão com o Ministério do Turismo agora na apresentação das emendas, sejam elas de comissão ou emendas individuais de bancada que forem necessárias.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Douglas Cintra. Bloco União e Força/PTB - PE) – Primeiro, congratulo-me com a Senadora pela propositura e por esse belíssimo trabalho feito hoje aqui, em que podemos aprender um pouco mais sobre as oportunidades não só do turismo mas de tantas opções que existem de infraestrutura em nosso Brasil.

Dizer ao Ministro e a todos aqui presentes que a criatividade, sem dúvida alguma, é um dos grandes elementos que fazem o turismo se desenvolver. Na nossa região, especialmente na querida cidade de Caruaru, temos, lá, por exemplo, a arte em barro, do Alto do Moura, fazendo com que tantas outras atividades estejam integradas, assim como o cordel, a cultura popular, a música e ao São João, de Caruaru.

E aproveito, Ministro, para convidar a todos para conhecer esse forte evento turístico, mas, sobretudo, de demonstração da nossa cultura. Porque eu acho que a nossa cultura tem um grande momento especial ao poder mostrar, através do São João, o quanto somos fortes, somos criativos na área cultural, na área da música, do cordel, da literatura e tantos outros. Então, eu acredito que o São João é uma grande oportunidade para essa demonstração e também para mostrar o quanto o turismo pode melhorar a vida de tantos que fazem parte, não só da nossa região, mas de outras regiões do Brasil, especialmente, o nosso bonito litoral nordestino que tem tantas coisas tão belas para mostrar a todo brasileiro.

Reitero a importância desse evento, desejando que possamos fazer, cada vez mais, ações como essas, Senadora, que valorizam, realmente, a estruturação do nosso País, para receber não só investimentos, mas, sobretudo, valorizar aqueles que trabalham, que fazem um Brasil cada vez melhor.

Agradeço a todos os participantes que trouxeram a sua palavra para a nossa Comissão.

Nada mais havendo a tratar – agradeço a presença de todos – declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 2 minutos.*)